

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 19 DE AGOSTO DE 2015

NÚMERO 6.874

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Patrício Destro - Presidente
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 061ª Sessão Ordinária realizada em 04/08/2015 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 11 Atos da Mesa 11</p> <p>Publicações Diversas Avisos de Licitação 12 Avisos de Resultado..... 13 Atas de Comissões Permanentes..... 13 Extratos..... 15 Ofícios..... 16 Portarias..... 16 Projetos de Lei 18 Redações Finais 19</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Nikolas Reis - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, querido amigo deputado Aldo

Schneider, sras. e srs. deputados que nos honram neste momento, quero fazer um pronunciamento e quase que uma resposta referente a uma declaração infeliz do secretário de Turismo.

Mas quero aqui homenagear o vice-prefeito José Rodrigues Pereira, o Zé Branco, que nos prestigia nesta Casa e que tivemos a honra de recebê-lo em nosso gabinete.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, uma das principais prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo é de fiscalizar o Executivo. Nós, deputados, fomos eleitos pelo povo, para realizar esse preceito. Infelizmente, alguns não entendem ou não aceitam esse processo democrático e altamente popular, de aprovação popular. Porque, nós aqui representamos a voz das ruas.

No último dia 14 de julho, sras. deputadas e srs. deputados, recebi a notícia de que o governo do estado através da secretaria de estado de Turismo suspendeu a licitação do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Na mesma hora, da tal notícia, usei a tribuna desta Casa para solicitar informações se a notícia era de fato verídica e também para fazer um apelo a esta importante secretaria, que é a secretaria de Turismo, que tem uma missão muito

importante para o desenvolvimento econômico do nosso estado.

Nós temos que tomar providências de algumas coisas, porque, ao fazer o apelo à secretaria de Turismo queríamos que lá nos mostrassem que a decisão da suspensão da licitação não fosse para a esfera judicial, pois poderia atrasar a realização dessa esperada obra.

Usamos da tribuna, fizemos alguns pedidos de informação e chamamos a atenção para que a secretaria assumisse para si a decisão que fosse legalmente, mas que não deixasse a decisão ir para a esfera judicial.

Solicitei aqui respeitosamente, como os senhores podem observar a cópia do meu discurso que está na mesa de cada um dos srs. deputados. E nós queremos, depois, que este pronunciamento seja encaminhado àqueles que não tiveram oportunidade de tê-lo para que observem a cópia do discurso que solicitei à Taquigrafia desta Casa, repito, está na mesa de cada deputado, para que o secretário de Turismo de Santa Catarina tentasse resolver a questão administrativamente que nós solicitamos e confiamos no secretário à devida decisão.

Fiz este apelo em nome da região de Balneário Camboriú, e motivado por dezenas de

telefonemas de empresários ligados ao setor de turismo desta região, que tem mais de 600 mil habitantes e é uma das maiores vitrines turísticas do Brasil.

Disse aqui que, através da minha assessoria tentamos, sr. presidente, insistentemente, contato com a secretaria, a fim de obter algo oficial. E disse aqui também que, infelizmente, até o momento que iniciei o meu pronunciamento, não recebi a resposta. Apesar de terem dito que me dariam.

Não deram! Mas vim aqui e fiz um pronunciamento, para não dizer de paz, quase que de colega, de um homem público que quer alertar uma secretaria para não cometer um erro. Por esse motivo, sras. deputadas, srs. deputados, solicitei ao deputado Gean Loureiro, presidente da comissão de Turismo, que convidasse o secretário para vir a esta Casa elucidar e dirimir as dúvidas em relação à famigerada licitação e início das obras do centro de convenções.

Ora, se nós tivéssemos que fazer uma convocação, a Casa teria que aprovar, e, se não viesse, seria crime de responsabilidade. Mas não, nós, educadamente, pedimos para convidá-lo, porque o respeitávamos, para não dizer que sempre o respeitamos. Mas, a partir deste momento, quero dizer que não merece mais o meu respeito, e que venha trazer as informações que a população quer ouvir.

Sr. presidente, srs. deputados, no dia seguinte ao meu pronunciamento, eu fui surpreendido pela imprensa com um ataque desmedido, sórdido e pessoal do secretário Filipe Mello. E o que mais me surpreendeu foi o secretário, srs. deputados, usar a estrutura da secretaria de Turismo do estado para lançar uma nota pessoal como se fosse oficial. Mais uma das confusões e inverdades deste secretário.

Ele deveria ter tido a mesma agilidade que usou para atacar este Parlamentar e atacar esta Casa para responder as dúvidas sobre o centro de eventos, dúvidas estas que ainda pairam no ar e permanecem sem elucidação. E olha que não debati aqui, naquela época. Ainda permanecem, apesar de ter respondido que estava tudo resolvido.

Nós aqui estamos pela vontade popular, e não por conveniência e arranjos políticos, sr. presidente, algumas vezes arranjos estes de escolhas infelizes como esta.

Sr. secretário, antes de atacar um membro desta Casa, que tem ligação histórica com o setor do turismo de Santa Catarina e do Brasil (queira o senhor ou não) porque eu tenho história, fui três vezes prefeito da capital estadual do turismo de Santa Catarina, ajudei a criar a comissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, fui autor da criação da comissão Permanente de Turismo do Senado Federal e tive papel fundamental, preponderante, para a criação do Ministério do Turismo.

Eu, quando senador, destinei em nossas emendas recursos para o Centro de Eventos de Florianópolis e também para o Centro de Eventos de Camboriú. Abrimos uma janela para virem outros recursos. Sr. secretário, mostre serviço, haja vista o pouco, ou quase nada que até agora produziu.

Srs. deputados, se nós aqui tivermos que nos submeter às ordens de secretários, perde a Casa Legislativa, Câmaras Estaduais, Câmaras Municipais e o Senado Federal. Todos perdem o objetivo, que é defender a população

brasileira. Como pode uma pessoa nomeada, que até nem sei o porquê, pois nem sei de nenhum fato que o possa colocar como um homem que entenda de turismo, fazer o que está fazendo? Algumas vezes aqui elegiei o secretário, porque vi alguns panfletos divulgando o turismo religioso. Secretário seja um secretário de Turismo de um estado que foi sete vezes escolhido como sendo o melhor destino do Brasil e não um secretário panfleteiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Leutprecht, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de agradecer aos funcionários desta Casa que tão bem me receberam desde a minha chegada no último dia 16, a imprensa, as pessoas que acompanham a sessão pelo sistema da TVAL e pela da Rádio Digital Alesc.

(Passa a ler.)

"Quero iniciar minha fala registrando o meu reconhecimento e agradecendo ao deputado Cesar Valduga e ao meu partido, o PCdoB, que me concedeu a oportunidade e a honra de assumir a cadeira de deputado estadual por 60 dias.

Desde o dia 16 de julho, quando tomei posse neste plenário, tenho percorrido os municípios do norte catarinense, visitando prefeituras, sindicatos, instituições ligadas ao esporte, à educação e ao desenvolvimento econômico de Santa Catarina. E como também deve acontecer com os srs. retornei com muitas demandas pertinentes e de grande importância. Para algumas delas, tenho certeza de que conseguiremos dar encaminhamento, e já peço o apoio e o auxílio dos srs. deputados neste sentido. Como da mesma forma me coloco à disposição para contribuir e somar nos debates e projetos que apreciaremos neste período, considerando o bem do povo de nosso estado sempre acima das divergências partidárias.

Srs. deputados, vivemos um momento de descompasso econômico, reflexo da crise mundial que tem gerado desemprego e freado a produção em diversos países, entre eles, China e Estados Unidos.

O governo federal, estados e municípios têm apresentado medidas de ajuste para reduzir gastos, conter a desaceleração da economia e resgatar a capacidade de investimento, retomando o processo de crescimento econômico.

Num Brasil que vivia uma década de desenvolvimento econômico e social como nunca antes em sua história, reduzir investimento e falar em ajustes, naturalmente, gera certa apreensão em todos. Porém, com o potencial produtivo brasileiro, seu posicionamento como parceiro estratégico no mercado mundial e a expectativa de uma retomada do crescimento da economia faz com que mantenhamos viva a esperança.

O alarde feito por alguns veículos da imprensa nacional, o tom pessimista de alguns analistas cristaliza esse período de descompasso como se fosse uma crise irreversível, e que o Brasil estaria fadado ao fracasso. Nas mais altas instâncias políticas da nação, infelizmente, têm prevalecido o embate político e a luta pelo poder, ao invés da união

de esforços para garantir a governabilidade e a busca por soluções conjuntas para retomar o crescimento.

O Brasil que queremos fazer continuar a crescer não está reduzido a um sonho de um futuro distante, mas sim ao Brasil de hoje, dos trabalhadores que temem por seus empregos, dos empresários que temem investir, de todos os brasileiros que amam este país.

Em acertada ação, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em parceria com a Fecomércio, lançou a campanha Santa Catarina - Gente que faz a Diferença, que resgata o caráter empreendedor de nossa gente, sua capacidade de superar as dificuldades e avistar num momento de crise uma oportunidade de inovar.

É com este espírito que não abro mão do otimismo e da confiança na garra de nossa gente que esta Casa dá o exemplo. Parabênico a iniciativa e afirmo que tal ação contribui para o aumento no nível de confiança da indústria e dos investidores.

Em nosso estado temos grandes exemplos de que o Brasil segue crescendo. A empresa Weg, indústria fundada e sediada na minha terra, Jaraguá do Sul, por exemplo, comemorou lucro de 14% no último trimestre e alta de 29% na receita líquida.

Segundo recente levantamento feito pela Associação Catarinense de Rádio e Televisão - Acaert, o investimento publicitário cresceu 12,3% no estado no último semestre, superando a média nacional.

O *Diário Catarinense* de 18 de julho deste ano informa que, de janeiro a maio de 2015, o setor moveleiro vendeu 3,3% mais que o mesmo período de 2014. Já o de peças de madeira teve um dos maiores crescimentos do ano, 6,5%. Em junho deste ano, a Standard & Poor's, uma das mais importantes agências internacionais de classificação de risco, reafirmou a confiabilidade e a segurança de investimentos em Santa Catarina.

Tenho plena certeza de que nas várias regiões existem experiências positivas do empresariado que, criativamente, tem enfrentado as turbulências desse período e mostrado que é possível seguir em frente, garantir o crescimento e gerar riqueza e renda para este estado e o país. É a busca por desenvolvimento econômico e social, pela retomada do crescimento, pelo compromisso com o bem estar da nossa gente que deve ser o nosso alvo, deixando de lado inquietudes que possam tirar o foco desse objetivo.

Existem também aqueles que, embebedos no pessimismo ou reféns dos reflexos da crise internacional, se queixam e sedem ao pessimismo vigente, mas para esses casos precisamos entender nossa responsabilidade como representantes e intervir, intermediar e ajudar a buscar soluções. Talvez, e muito provavelmente, a responsabilidade pelo problema que vive o país não seja diretamente nossa, mas certamente, temos responsabilidade em ajudar a buscar soluções e antecipar o momento de superação e retomada do crescimento.

Agradeço mais uma vez ao amigo e companheiro, deputado Cesar Valduga, e também ao meu partido, o PCdoB, pela oportunidade de hoje representar a região de Jaraguá do Sul na Assembleia Legislativa."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. deputados, o Brasil é um país burocrático. Hoje mesmo uma pesquisa aponta que a população diz que no Brasil há burocracia demais. É uma federação centralizada e em função disso sofre muitas críticas por esse processo.

Em Santa Catarina, em 2003, o então candidato a governador Luiz Henrique da Silveira apresentou uma proposta de descentralização. A ideia era descentralizar o governo para torná-lo menos burocrático a fim de que as pessoas tivessem mais acesso às entidades governamentais.

A proposta foi vencedora, eleitoralmente, e se demonstrou, em minha opinião e na de muitos, vencedora do ponto de vista administrativo, pois possibilitou inúmeras realizações do governo Luiz Henrique e, do ponto de vista eleitoral, possibilitou a reeleição do então governador e a sucessão com a eleição do atual governador e com a sua reeleição.

As secretarias regionais, na verdade, não eram ou não são, entes descentralizados, porque a descentralização é um processo em que você transfere de um ente da federação para outro o poder. Na verdade, são formas de desconcentração, se procurou desconcentrar o governo para colocá-lo na ponta da linha.

Na última semana do primeiro semestre Legislativo votamos aqui projetos, inclusive que cria o Investsaúde, em que se dizia que não se deveria aplicar no caso específico, dispositivo constante da lei que criou as secretarias regionais, que diz que preferencialmente as licitações e a execução dos processos têm que ser feitos pelas chamadas secretarias regionais. Naquele instante houve a argumentação aqui de vários que votarem a favor do projeto, no sentido de dizer que as secretarias regionais aumentavam a burocracia.

Ora, é claro que se as referidas secretarias não têm o poder, não podem licitar, isso é apenas uma instância que tem que ser consultada *a priori* para que a secretaria central faça o procedimento, elas vão aumentar a burocracia. Agora, se elas exercerem o seu papel, como foi proposto no início do governo Luiz Henrique e por todo o seu mandato, é de que elas tenham o recurso e elas façam a licitação, evidentemente que a burocracia diminui, porque a finalidade das secretarias é diminuir a burocracia.

A crítica que se faz, e vejo agora, inclusive por parte do presidente desta Casa, com a ideia de extinguir as secretarias regionais, de que elas não são eficazes, não fazem nada, evidentemente, que se você não tem poder, não tem recursos, você não vai poder exercitá-lo e aplicar os recursos. Então, elas não fazem porque não tem poder. O raciocínio é diferente, você precisa fortalecer as secretarias regionais e enfraquecer o poder central.

No Brasil, temos esse estado burocrático, estado patrimonialista, e há um excesso de cargos comissionados evidentemente; o governo federal tem mais de 20 mil cargos comissionados. Qualquer país do mundo desenvolvido quando um governo central ganha à eleição troca lá 300, 400 ou 500

pessoas; aqui você muda de cabo a rabo a direção do país tal o excesso de cargos comissionados. É evidente que precisamos diminuir os cargos comissionados. O governo federal tem 39 ministérios, precisa diminuir-los.

Há muitos cargos, o governo está atulhado de pessoas e evidentemente precisa diminuir e, agora, mais do que nunca porque nós estamos num momento difícil do país.

Mas a pergunta é: nós temos que nesse processo que visa ter menos governo, que visa ter menos burocracia então, extinguir as secretarias regionais ou fortalecer as secretarias regionais?

Evidentemente, podemos diminuir cargos. Acho que temos cargos em excesso nas secretarias regionais e que agora se propõe transformá-las em agências e fortalecê-las de forma a ter menos burocracia.

Qual foi o princípio da criação das secretarias regionais? Ter menos burocracia! Aproximar o povo do estado! Agora, se fragilizarem as secretarias regionais claramente será produzido o oposto daquilo que foi projetado.

Agora nós temos o Projeto de Lei n. 0260 que está tramitando nesta Casa que dispõe sobre a transformação das secretarias regionais do Estado e Desenvolvimento Regional em agências e extingue uma série de cargos.

Vejo que a mudança de nomes pode ser adequada. O próprio governador Luiz Henrique da Silveira na época falava em agências. Eu penso que extinguir cargos não há problemas, isso pode ser feito. Mas o projeto tem, sim, um grave problema. Ele mantém como agências as secretarias com a exceção de alguns cargos, mas tira toda a capacidade executiva das secretarias. Elas já estão frágeis, e se tornam mais frágeis ainda. Elas já estão capengas e se tornam mais capengas ainda. Elas passam a ser quase que órgãos de representação. É claro, aí aqueles que vão trabalhar pela extinção das secretarias regionais cada vez vão ter mais argumentos. Vão dizer que estão extinguindo, sem extingui-las, mas estão fazendo-as sangrar tomando-as quase inanimadas.

Então, acho que nós precisamos tratar desse assunto principalmente, deputado Dalmo Claro, nós que temos uma ligação mais estreita com o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, v.exa. ficou muito tempo no partido, PMDB, eu fui secretário do ex-governador Luiz Henrique, mais recente no partido, na defesa de uma ideia.

Deputado Aldo Schneider que está presidindo aqui a nossa Casa, é preciso desconcentrar, descentralizar, aproximar o povo do governo, diminuindo custos. Claro, que temos que diminuir custos, mas temos que ter uma administração eficaz.

Não podemos simplesmente inanimar as secretarias, tirar o seu poder, tirar a sua capacidade de fogo, não permitir que possam mais licitar e nem executar obras. Não podemos tirar o poder dos conselhos do Desenvolvimento Regional de forma a deixar um faz de conta. É preciso tratar esta questão com seriedade. Se quiserem extinguir, tudo bem, vamos ter um debate forte sobre extinção, ou seja, extinguir ou não as secretarias regionais.

Agora, apenas alterar o seu nome e tirar toda a sua capacidade de execução não me parece adequado. As secretarias regionais tiveram um papel, elas estão fragilizadas, e nós precisamos discutir esse papel.

O projeto aqui apresentado é uma proposta do governador.

Acho que quando um governador ganha uma eleição ele deve apresentar aquilo que ele acredita, evidentemente. Ele está propondo para mudar para agências.

Agora dentro da filosofia que nós defendemos que é a da desburocratização, da descentralização e de uma proximidade maior do povo com os órgãos do governo, devemos, sim, utilizar as estruturas para fortalecer a desburocratização pelas secretarias regionais, que sejam mais eficazes, mais eficientes, que tenham mais poder, que possam executar e licitar as obras e cumpram o papel, que o então governador Luiz Henrique sempre defendeu que foi a ideia das secretarias regionais.

Elas têm que ter dinheiro, capacidade decisória para fazer as licitações, para que as questões sejam discutidas lá na ponta da linha. Se for para enfraquecer algum órgão é preciso enfraquecer o poder central.

Nós estamos ao contrário, estamos querendo voltar ao fortalecimento do poder central, enfraquecendo as secretarias regionais e mantendo as estruturas. Aí, evidentemente, não há sentido ter as secretarias regionais para cumprir o papel que está proposto no Projeto de Lei n. 0260/2015.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a v.exa. pela manifestação, gostaria de me somar as suas colocações, eminente deputado de que efetivamente este Parlamento tem por objetivo debater o assunto, até porque foi uma proposta iniciada lá em 2003, com todas as suas dificuldades. Entendo que foi importante para Santa Catarina, principalmente para as regiões mais longínquas. Evidentemente, entendo que tem que ser discutido o papel das secretarias regionais, porque elas podem fazer muito mais do que estão fazendo neste momento.

Digo isso, deputado Maurício Eskudlark, porque eu tive o privilégio e o prazer de ser secretário regional durante sete anos, e conseguimos transformar de verdade aquela região.

Então, quero dizer que tem muito que se fazer, e pode ser feito. E temos que avançar neste debate, até porque a estrutura do estado já existe, está lá e nós temos é que fazer com que esses colaboradores do estado produzam. Então, é nessa linha que eu entendo que o debate deva ser aprofundado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito Marcos Antonio Theisen, do município de Cunhataí, do seu partido inclusive. Registrar também a presença do sr. Germano Gean Vieira que é contador do município de Cunhataí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social progressista.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Social progressista que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Dalmo Claro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, na verdade eu quero abordar dois assuntos.

O primeiro é sobre a questão que estamos passando agora, de 1º a sete de agosto, pela Semana Mundial do Aleitamento Materno. É importante que se faça esse registro aqui nesta Casa, da relevância deste ato simples, inerente a nossa condição de seres humanos, mamíferos.

Importantíssimo sob o ponto de vista da saúde das crianças, principalmente dos recém-nascidos e crianças de até seis meses, um ano de vida.

Então, ocorre uma série de eventos pelo estado afora, no Brasil todo, na verdade a semana é mundial, reiterando a importância deste ato. Muitas vezes com a vida moderna, com as atribuições das mães com os regimes de trabalho e até com algumas noções estéticas, o hábito tem sido deixado de lado.

Mas, é extremamente importante, estimulado pelos especialistas, pelos pediatras, que seja feito o aleitamento. Isso trás muito mais segurança à saúde da criança, mais imunidade, mais proteção contra infecções, um melhor equilíbrio nutricional e um melhor desenvolvimento sobre vários aspectos da criança, não só sobre o aspecto nutricional, mas também sobre o emocional e psicomotor. Queremos aqui reiterar a importância disso e deixar registrado.

Em Joinville, especificamente, há uma série de atividades que estão sendo realizadas, culturais, educativas através da imprensa, inclusive a televisão tem colaborado, e é muito importante que se destaque este ato.

Outro aspecto que quero aproveitar o momento para registrar aqui, é que por uma proposição nossa na comissão de Saúde, faremos uma audiência pública da comissão de Saúde desta Casa, em Joinville, nesta próxima sexta-feira, dia sete de agosto, às 13h30, com previsão de durar várias horas durante a tarde, no salão nobre da Associação Comercial e Industrial de Joinville.

Essa audiência destina-se a discutir a organização, a estrutura hospitalar de Joinville e região. Hoje é nítida a deficiência de instalações hospitalares na região, sejam em número de leitos, leitos de UTI, salas cirúrgicas, enfim, todo o conjunto de espaços que compõem um hospital. E digo mais, até não só no aspecto de internação, mas os hospitais hoje como centros de diagnose e de terapia das doenças de maior complexidade.

Aquela noção antiga de um hospital como apenas um hotel que hospeda doentes que vão lá tomar um soro já está há muito ultrapassado. A própria população tem percebido isso na medida em que busca hospitais com maior resolutividade mesmo que, às vezes, longe da sua cidade, dispensando a busca de um hospital de pouco recurso mais próximo de seu domicílio e vai mais longe buscando hospitais com maior capacidade de recursos.

Então, os hospitais precisam ter essa capacidade, complexidade de meios,

diagnósticos e terapêuticos e também capacidade de acolhimento ainda de leitos hospitalares numa proporção cada vez maior de leitos de UTI sobre o número total de leitos hospitalares.

Nós tínhamos até a poucos anos uma proporção de 2%, 3% do total de leitos do hospital ou do conjunto de leitos do hospital de uma cidade como leitos de UTI. Hoje, a necessidade está em torno de 10% do total de leitos hospitalares como leitos de UTI, e eu acredito que vamos chegar até em hospitais que tratam maior complexidade beirando talvez 15% ou 20% do total de leitos como leitos de UTI.

Mas, enfim, vamos discutir a situação da região. Para os senhores terem uma ideia, hoje, Joinville e região teriam uma necessidade de cerca de 1500 leitos hospitalares, 150 leitos de UTI e em torno de 800, 880 leitos hospitalares, se contarmos alguns hospitais de pequena complexidade também da região e 71 leitos de UTI.

Então, estamos com metade da necessidade e há uma demanda, uma solicitação muito grande por parte de diversos setores, segmentos da sociedade de Joinville e da região por novos hospitais, a sociedade médica clama por um hospital por determinada característica, a Associação Comercial da mesma forma, lideranças da zona sul da cidade com 200 mil habitantes clamam por um hospital lá localizado, especialistas ligados ao tratamento do câncer também defendem uma unidade dessa especialidade na cidade ou na região.

Então, há que se discutir com todos de forma democrática, aberta, abrir a discussão da situação na cidade. É o que queremos para os próximos anos na região.

As pessoas também sabem e entendem hoje que não dá mais para depender só do poder público para isso, e a audiência pode ter também um papel importante de conscientização da sociedade para que ela, de forma organizada, eventualmente tome até iniciativa de construção, gestão, administração, financiamento de um hospital para atender o SUS, um hospital com característica de atendimento público.

Portanto, convido os demais deputados que puderem se fazer presentes também na sexta-feira, sete de agosto, às 13h30, em Joinville, na sede da Associação Comercial, pois a discussão será bastante rica e já há inclusive a proposição aprovada na comissão de Saúde, de mais quatro audiências externas, especificamente para tratar do assunto da estrutura hospitalar de sua região, a saber: Chapecó, Blumenau, Itajaí e no sul do estado em Criciúma também com o mesmo objetivo.

Acredito que serão reuniões importantíssimas, nas quais poderemos aproveitar para traçar o melhor cenário para a região, ou pelo menos buscar aquilo que seja mais adequado, e, inclusive, orientar o próprio poder público no sentido da melhor aplicação dos recursos quando se tratar de instalações hospitalares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do deputado Dalmo Claro, que falou em nome do PMDB.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados aos PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados que se encontram na Casa. Cumprimento o deputado Jean Leutprecht, dando as boas-vindas a este Parlamento.

Eu gostaria deputado Maurício Eskudlark, de iniciar o debate nesta Casa, sobre o Plano Estadual de Educação. Talvez uma das peças mais importantes que chega a esta Casa, paralelo ao Orçamento, é claro.

Nós entendemos a importância e o desafio que esta Casa tem no Plano Estadual de Educação, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que é da área e que certamente também trará muitas contribuições, com emendas, com propostas e proposições.

Já estão ocorrendo audiências públicas por todo o estado, e, se não estou equivocado, há uma prévia para o próximo dia três de setembro, a votação final, nesta Casa, do Plano Estadual de Educação.

Nós sabemos que, em nível nacional, o Plano Nacional de Educação já foi aprovado. Nos municípios, deputado Maurício Eskudlark, alguns já aprovaram, outros estão em debate, outros aprovaram e revogaram. Enfim, nesta Casa, felizmente, graças a CCJ e a comissão de Educação, há um debate equilibrado, tenho certeza.

Estava olhando com muito carinho, ainda esta semana, são praticamente 150 páginas desta chamada versão preliminar do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, e a importância do plano, deputado Fernando Coruja, é que ele será para os próximos dez anos.

Então, o pai, a mãe que está me acompanhando e tem o seu filho de cinco anos, vai ter uma gerência até os próximos 15 anos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Só para entrar na questão do Plano Estadual de Educação, eu recebi das Apaes, principalmente da região de Bombinhas, Porto Belo, Tijucas, manifestações pela Meta 4 do Plano Estadual de Educação, que já foi aprovado em nível estadual e em nível federal, mantendo as Apaes como escolas especiais e, inclusive, com a opção dos pais entre aquelas escolas que poderão incluir os seus filhos.

Então, este debate é muito importante. Eu sei que v.exa., assim como os demais deputados, têm esta preocupação. Falei com o deputado José Nei Ascarí, que é um deputado da área das Apaes, um defensor da questão das Apaes, sobre o assunto, que, vejamos, é um debate importante e que deve ser mantido na nossa legislação.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Perfeitamente, deputado. Também recebemos esta recomendação e certamente vamos tratar com carinho deste tema.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero cumprimentá-lo pela abordagem do tema extremamente relevante.

Nós apresentamos um requerimento, ainda quando o projeto de lei estava na CCJ, para a viabilização de 18 seminários, debates

de apresentação do plano. Infelizmente, não foi possível este calendário, mas garantimos oito audiências públicas. Numa proposição de nossa autoria, foi aprovado este calendário, e iniciou ontem com a primeira audiência em Caçador.

E eu quero também me somar ao debate do Plano Estadual, mas lhe fazer um pedido pelo grande respeito que tenho a v.exa. Nós já tratamos do tema das drogas e espero que possamos fazer um debate muito maduro, muito respeitoso. Eu tenho uma preocupação com relação ao fato de que não podemos construir um debate separando as pessoas em Santa Catarina, ou seja, quem é a favor ou quem é contra o tema do gênero.

Já falei à v.exa. que o debate é muito maior do que esse. E nós temos que ter sensibilidade no sentido de discutir as questões centrais do plano, seja essa preocupação, seja também a valorização do Magistério, da educação especial, do financiamento, ou seja, que nós consigamos aqui em Santa Catarina fazer um debate de alto nível.

Acho que é esse o desafio que não está colocado. E quero ajudar nesse sentido. E quanto a Emenda n. 4, já protocolei hoje, respondendo a solicitação que a Federação das Apaes nos fez. Eu também sou vice-presidente da comissão de Educação e membro da comissão de Pessoas com Deficiência, em respeito ao trabalho que a educação especial, em Santa Catarina, através das Apaes, faz.

Então, é só essa reflexão, pela grande consideração que eu tenho por v.exa.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputada Luciane Carminatti!

Eu nem iria entrar nessa seara da identidade de gênero, porque essa é uma discussão que nós esperamos não haja necessidade de vir a esta Casa. Mais se vier estamos preparados para o bom combate, pois temos todo um aparato do ponto de vista jurídico, científico e acadêmico.

Felizmente o governador abortou essa ideia que vinha do Conselho de Educação e chega a esta Casa sem desviar a atenção. Inclusive, o ministro da Educação se pronunciou recentemente dizendo que infelizmente a proposta da identidade de gênero estava tirando o foco de um debate maior das metas, dos eixos que de fato dizem respeito à educação.

Afinal de contas, esse é um plano que serve como instrumento de planejamento, de gestão e de integração de todo o sistema escolar, porque também entra a rede privada, não é só para a rede pública que o Plano Estadual de Educação deve ser executado pelos gestores educacionais. Como disse, nos próximos dez anos a contar da publicação desta lei.

Tenho rapidamente alguns detalhes que eu já quero antecipar, deixando a parte essa questão da identidade de gêneros, que vamos tentar protelar o máximo possível, que são preocupações muito contundentes e pontuais que me preocupam. Por exemplo, 1.16 diz o seguinte: que estimular o acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças de zero a cinco anos, conforme estabelecidas as diretrizes curriculares para a educação infantil.

Aí surge uma pergunta da população catarinense: Eu preciso colocar a minha criança de três anos de idade na escola? A criança não

tem direito a convivência familiar até os seis anos? É em ponto de interrogação. Até porque as diretrizes do plano nacional querem que daqui a dois anos isso já comece a partir do zero ano de idade das nossas crianças. Eu entendo que é um absurdo, porque se na Meta 5 diz: alfabetizar todas as crianças aos seis anos de idade ou até no máximo até aos oito anos de idade. Aí eu pergunto srs. deputados: O que essas crianças vão fazer dos três aos seis anos de idade na escola, se não podem ser alfabetizadas? Isso é um absurdo!

Hoje as crianças são espertas, com três anos já estão mexendo nos computadores.

São algumas questões que nos chamam atenção e que acendem a luz amarela.

Quem convive com as crianças sabe que elas estão ansiosas para aprender e para escrever com rapidez e agilidade. E é papel da escola estar presente nesse processo de alfabetização, sim, já, e por que não a partir dos três anos de idade.

Existem outras questões que me preocupam, talvez de menos importância, mas que precisam ser levantadas, porque, como se diz, é um projeto para a rede pública e para a rede privada.

E, quando se fala em garantir transporte gratuito por meio de convênio entre as secretarias municipais de educação e a secretaria de estado da Educação, como é que fica a rede privada? Terá que garantir também o transporte coletivo das crianças? Está aqui na proposta do Plano Estadual de Educação. Acho que precisamos levantar algumas ressalvas.

E bem dizia a deputada Luciane Carminatti que nas 150 páginas do Plano Estadual de Educação não encontramos uma frase sequer com relação à questão da prevenção às drogas. Estamos preparando uma emenda para fazer essa inserção porque entendemos prudente e necessário. Não aborda a questão da prevenção ao aborto. Os médicos que aqui estão sabem do desafio que existe nesse sentido.

Deputado Serafim Venzon, eu soube que em Brusque, infelizmente, há um surto de gravidez precoce, se é que se pode chamar de surto. Se não estou equivocado, cerca de 70 adolescentes recentemente tiveram gravidez precoce naquele município. Então, são questões que precisam ser inseridas num plano estadual. Não é questão de ser contra ou a favor do aborto, trata-se de uma questão de sapiência, de prudência, de adentrarmos nessa seara com técnicas de orientação, de prevenção à gravidez indesejada.

Assim, ao longo do mês de agosto, estaremos debatendo nas audiências públicas essas questões. Tenho participado de muitas audiências dos Planos Municipais de Educação, como aconteceu recentemente em Barra Velha, na semana passada, com um debate bastante intenso e extenso.

Ontem, estive em contato com o prefeito e alguns vereadores de Águas de Chapecó, que também têm muitas dúvidas sobre o Plano Municipal de Educação.

Acho que a confusão toda veio a partir do momento em que se estabeleceu uma data, 24 de junho de 2015, em que o Plano teria que ficar pronto. Não sei de onde veio essa informação. E, se não fosse cumprido o prazo, não receberiam o Fundeb e aí por diante. Atropelaram o processo. Para muitas Câmaras de Vereadores, foi de goela abaixo, inclusive para a Assembleia Legislativa.

Mas, felizmente, conseguimos pautar com o secretário Deschamps. E com toda calma e serenidade o projeto chega a esta Casa com ampla liberdade para os catarinenses darem suas opiniões, colocarem suas demandas, a fim de que tenhamos um Plano Estadual de Educação a orgulhar à nós todos, e aos nossos filhos, netos e futuras gerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, em outro momento provavelmente me manifestarei sobre o Plano Estadual de Educação.

Com relação à alfabetização, como sou alfabetizadora, deputado Ismael dos Santos, posso lhe assegurar que existem fases bastante diferenciadas e papéis diferentes em cada etapa do processo, mas é possível que façamos esse debate de forma tranquila porque acho que a sua manifestação é no sentido de instigar e entender.

Meu filho de quase três aninhos está na creche se alfabetizando brincando, que é o preparo para o letramento, como chamamos na escola.

Mas, ele está se alfabetizando, brincando, cantando, conhecendo as cores, compreendendo o território. Então, não é propriamente escrever como se faz no processo dos seis aos oito anos, mas é uma etapa inicial, que é fundamental. E que bom que o Brasil hoje está abrindo a possibilidade de nós garantirmos a primeira infância para as crianças em creche.

Uma criança que passa pela creche domina 12 mil palavras até chegar à alfabetização propriamente dita. E outra que não chega à creche, domina quatro mil palavras. Isso já é um grande indicativo da necessidade do atendimento em creche, mas esse é um debate bom de fazer e nós temos que amadurecê-lo, assim como as demais questões.

Porém, eu quero fazer a minha manifestação e gostaria muito que o deputado Fernando Coruja estivesse aqui, porque o referido deputado é do PMDB e falou das SDRs. E muito do que ele falou nós temos acordo, no olhar da Oposição. Eu diria, hoje, para começar srs. deputados, que as secretarias de desenvolvimento regionais precisam ser fechadas. Fechadas!

Não há sentido algum manter prédios e algumas pessoas sem descentralizar efetivamente o recurso.

Por que o que é dar poder à população? É ter estruturas com poder. Estruturas com poder de estado são estruturas com recursos deste estado. Se o governo tem estruturas sem recursos não tem poder, se não tem poder fecham-se essas estruturas. É muito lógico isso.

A partir deste entendimento inicial quero falar um pouquinho sobre o Projeto de Lei n. 0260/2015, que mostra por que as SDRs precisam ser fechadas.

(Passa a ler.)

"Foi apresentado em julho de 2015 o seu segundo projeto do governo de estado de

reforma administrativa, transformando as SDRs em agências de desenvolvimento regional. Esse projeto prevê a extinção de 242 cargos previstos no art. 13 e 14, que juntos registraram despesas de R\$ 5,2 milhões, em 2014, segundo informações da Casa Civil. Entre os cargos estão previstos 106 comissionados e 136 funções gratificadas, com base nesse cálculo, nós teríamos 0,05%. Vejam bem, não é 1%. É 0,05% da soma da despesa total de pessoal, que é de R\$ 8,973 bilhões, segundo relatório de gestão fiscal com base no mês de abril do ano passado a maio de 2015.

O 0,05% é um número insignificante diante de todo o contexto e da grande economia que o governo diz que quer fazer com a transformação das SDRs em agências de desenvolvimento regional.

O governo trabalha ainda com o PDVI, que é o Plano de Demissão Voluntária Incentivada, com a previsão de redução em torno de R\$ 214 milhões entre 2015 e 2018. Ou ainda, a criação da Aresc - Agência de Regulação de Serviços Públicos que não apresentou redução, pois os cargos não estavam ocupados. Diga-se de passagem, esses cargos também que estão extintos na sua grande maioria não estão sendo ocupados neste ano.

Portanto, também resolve outro problema do governo, que é a pressão política para nomeação desses cargos que estão vagos. Quero dizer com isso que é muito barulho para pouca economia.

Queremos entender ainda com essa proposta, com esse barulho, melhor dizendo, que o governo Colombo manifesta, se o objetivo é economizar porque é que o governo não apresenta o impacto financeiro dessa mudança. A justificativa do projeto de lei diz que por representar redução de gastos não se faz necessário apresentar estudo de impacto financeiro. Se de fato vai ter uma economia significativa não seria importante que o governo demonstrasse os números dessa mudança?

Há uma redução inócua de despesas, tendo em vista que a despesa total com pessoal registrou 48,98% em abril, e a Receita Corrente Líquida apresentou queda nos valores mensais de maio e junho de 2015. Ou seja, quando a folha aumenta e a receita diminui, a conta não fecha.

Outro questionamento é quanto à autonomia e a descentralização das Agências de Desenvolvimento Regionais. Com a revogação dos Conselhos do Desenvolvimento Regional conforme Lei Complementar n.381 de 2007, tem o papel de auxiliar na decisão quanto à liberação de recursos estaduais, temos a questionar:

A criação do colegiado regional de governo previsto no Projeto de Lei n. 0260, vai descentralizar na prática o Orçamento? Ou este colegiado servirá como um fórum de discussão?

Segundo, como será operada a destinação do orçamento? O colegiado decide e o orçamento atende as demandas regionais ou o colegiado sugere e as secretarias setoriais decidem se vão aplicar o recurso a partir do próprio orçamento? A quem caberá tomar as decisões operacionais e a execução do orçamento?

Se a decisão caberá às secretarias setoriais, há necessidade em manter as agências regionais?

Vamos citar como exemplo a melhoria da SC-283, uma obra que pedimos desde 2011. Se o Colegiado do Oeste defender que é prioridade, a secretaria vai executar essa obra ou vai continuar jogando o investimento adiante? É isso que a população quer saber. Quem decide afinal de contas? Se não é a agência regional que não tem recurso para decidir, então, para que transformar SDR em Agência de Desenvolvimento Regional?

Outro exemplo: os relatórios de execução orçamentária mostram que no Programa 610, que trata da Educação Básica, são n. 0104 relacionadas à construção, ampliação e reforma de escolas, apenas 6% das dotações orçamentárias foram empenhadas, com as respectivas descentralizações das SDRs. Apenas R\$ 2,17 milhões foram empenhados de um total de R\$ 35,72 milhões.

Quando acessamos os relatórios, verificamos que em 26 SDRs os recursos não foram sequer empenhados, ou seja, em 72% das secretarias a descentralização ocorreu simbolicamente.

Queremos que o governo responda a essas questões de forma muito clara. O projeto é a solução para a redução das despesas e quanto será reduzido então, na prática?

Chega de brincar com a população. Que o governo feche as SDRs e descentralize verdadeiramente o orçamento do estado para atender a todas as regiões, sem discriminar uma ou beneficiar outra."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado deputada Luciane Carminatti.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista PP, PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, pelo PSDB, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sr. deputado Valmir Comin, se v.exa. quiser se manifestar podemos dividir o tempo.

Prezados catarinenses que nos acompanham, inicialmente quero pedir permissão de todos os srs. para fazer uma saudação especial ao povo da minha cidade, Brusque, que hoje completa 155 anos de colonização.

Ali chegaram os primeiros europeus e se embrenharam através do rio Itajaí Mirim, na floresta e foram ocupando as áreas dando condições inicialmente de sobrevivência. Hoje, com o esforço de tanta gente que passou nessa história de 155 anos, uma cidade pujante, a décima maior economia do estado de Santa Catarina, graças ao empreendedorismo, a força de trabalho. Enfim, graças ao empenho, ao esforço de cada brusquense que faz hoje Brusque ser o que é.

E seguramente hoje podemos dizer que cada cidadão, olhando para frente, para os lados, enfim, vê quem está ao seu entorno e tem muito a agradecer!

Agradecer aquilo que cada um fez a si mesmo, também reconhecendo o que cada um fez com as bênçãos de Deus, e aquele trabalho que cada um com esforço produziu, seguramente, que serviu primeiro para ele, mas serviu também para o desenvolvimento a toda aquela região.

Meus cumprimentos especiais à administração municipal, em nome do prefeito Roberto Prudêncio Neto. Aliás, um belo desfile que tivemos hoje, organizado pela prefeitura e que mereceu, inclusive, a presença do governador Raimundo Colombo, do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, do secretário da Saúde João Paulo Kleinübing e do deputado Jean Kuhlmann, que estavam lá prestigiando aquele desfile e a população de Brusque.

Também prestigiando Brusque, na manhã de hoje, o governador Raimundo Colombo, assinou um repasse de R\$ 4 milhões para continuação da via Beira Rio, chamada assim, uma via que facilita a mobilidade de Brusque. Sem dúvida nenhuma, esse recurso irá beneficiar e muito a mobilidade de Brusque, principalmente, no início e no final do dia.

Ao final, principalmente, numa das extremidades da Beira Rio está implantada a maior universidade do vale do Itajaí Mirim, a Unifebe. Entre 17h e 18h começa o período noturno, há então um movimento muito grande pela Beira Rio, mas com essa obra, com essa complementação vai facilitar e muito o acesso àquela universidade.

Então, certamente, o povo de Brusque agradece muito o governo do estado pelo empenho que tem dado. Também agradece o empenho do governador Raimundo Colombo no início, agora, da duplicação da SC-486 entre Itajaí e Brusque. Aliás, é a primeira rodovia estadual, com exceção da rodovia aqui dentro da ilha, é a primeira rodovia do estado entre uma cidade e outra que está sendo duplicada.

Brusque mereceu esse destaque do governo do estado e as obras estão com ritmo acelerado. Acreditamos que em dois ou três anos, aquela obra de fato esteja pronta e venha transportar as grandes riquezas e que Brusque tenha progresso. Esse acesso que a rodovia dará entre Brusque e a BR-101, entre Brusque e o porto da Portonave, de Navegantes, e do porto de Itajaí.

Sem dúvida nenhuma, a duplicação da SC-486, vai facilitar e estimular o empreendedorismo, que já é grande em Brusque. Aliás, falando em empreendedorismo, nós estamos iniciando lá também o Centro de Tecnologia, que tem o apoio do governo do estado e do federal. Sem dúvida nenhuma, esse Centro de Tecnologia vai estimular e muito o empreendedorismo natural que temos na região, especificamente, em Brusque. Vai atender o setor têxtil, o setor metal mecânico, o setor calçadista, todas as iniciativas, tanto do vale do Rio Tijucas, quanto do vale do Rio Itajaí Mirim. Esse centro vai instrumentalizar as boas ideias, os bons projetos, vai ser um grande indutor do desenvolvimento na região.

Mas queria ainda, sr. presidente, cumprimentar a visita nobre que recebi hoje do Alexandre Muniz Marques, representando a equipe do SAMU, que atende Brusque e região.

Quero cumprimentar também o Conselho Estadual de Educação que, no dia de ontem, teve a posse da nova executiva, em nome do sr. Osvaldir Ramos, presidente, do vice-presidente Gildo Volpato e do secretário Antônio Reinaldo Agostini. Saúdo toda a executiva e também os conselheiros, em nome de Raimundo Zumblick, que foi reitor da Udesc, e Yuri Becker, um jovem representando a União Catarinense de Estudantes.

Hoje também fiz uma visita já na primeira reunião ordinária do conselho. Aliás, sr. presidente, srs. deputados, todos nós estamos acompanhando a angústia de muitos acadêmicos deste ano, quando foram fazer o Fies e os que renovaram. E todos nós somos testemunhas da vontade do nosso jovem, do conhecimento que o jovem tem da necessidade de se qualificar por meio de cursos técnicos ou universitários, pois a qualificação é sem dúvida nenhuma um grande instrumento para ter uma qualidade de vida melhor. E com relação a isso toda a população tem essa conceituação.

Ocorre que um grande número de acadêmicos, de jovens não conseguem pagar a faculdade que estão fazendo ou que pretendem fazer. Muitas jovens, às vezes, quando vão escolher o curso na faculdade olham primeiro qual é o orçamento que eles têm, qual é o recurso que eles poderiam pagar. Posso pagar R\$ 900,00. Então, não vou fazer faculdade de Odontologia.

Presenciei exatamente a situação de um menino de Brusque que depois de fazer o vestibular, passar no curso de Odontologia da Univali, veio me dizer que provavelmente iria se inscrever em outro curso porque ele só tem R\$ 900,00 para pagar a faculdade. Mas a faculdade custa R\$ 3,4 mil, e a renda familiar é de R\$ 4 mil. Como a renda familiar é grande, mas para a família que tem que pagar R\$ 3,4 de uma mensalidade acadêmica, torna-se pequena.

Mas quando a faculdade seleciona os beneficiários conforme o art. 170, não se considera isso, a preferência é para aqueles que têm uma renda familiar menor, de certa maneira, seguramente justa.

Quero colocar aqui que existe um grande número de acadêmicos que ficam fora do art. 170, porque a renda familiar ultrapassa aqueles limites mínimos. Por outro lado, eles não têm acesso ao Fies, por exemplo, a Univali não tem o Fies por causa de uma classificação do governo federal que excluiu a Univali. É uma universidade que tem mais de 25 mil acadêmicos, um grande número desses acadêmicos recebe o art. 170, mas outro muito maior, não recebe, e a renda da família é insuficiente para cobrir essas despesas.

Eu já tive contato com o Conselho Estadual de Educação, com vários reitores das universidades de Santa Catarina justamente para pensar em um projeto para que o governo do estado investisse uma média de R\$ 250 milhões por ano, além do art. 170 que não passa de R\$ 70 milhões, R\$ 80 milhões, não chega a isso. Mas teríamos alternativa como é o Fies estadual, quando o aluno tendo acesso a esse recurso, faz a faculdade em cinco anos, seis anos e depois com dois anos ou três anos de carência ele poderia retornar esse recurso com o valor da mensalidade dele, não uma operação bancária, mas ele pagaria outro aluno que estaria começando o curso dele.

Ou seja, para isso nós temos que pensar junto com os reitores, com o Conselho Estadual de Educação e com o governo, justamente para encontrar uma alternativa para o maior sonho dos catarinenses, para o maior sonho do jovem, que seria dar a eles a chance, a oportunidade, de poderem fazer um curso, a faculdade que eles desejam, e que através desta faculdade possam ter uma qualidade de vida melhor para si e para eles.

Vejo o Conselho Estadual de Educação, os reitores das universidades como

as pessoas que melhor poderão, junto conosco equacionar, encontrar uma fórmula deste projeto, justamente para poder financiar o curso universitário para tantos jovens que querem fazer uma faculdade.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa.

Vamos interromper a sessão, por dez minutos, para recebermos o prefeito Helio Roberto Cesa, conforme requerimento assinado pelo deputado Fernando Vampiro. Ele vem convidar todos para a Festa do Colono de Siderópolis, e está acompanhado da rainha da festa, Jaqueline Nart Ugioni, da 1ª princesa Sylvia Pryska Possamai Della Cambruzzi e da 2ª princesa Letícia Salvaro Pavan.

Então, convidado o prefeito Helio, a rainha Jaqueline, a princesa Sylvia e a 2ª princesa Letícia para ocuparem a tribuna da Casa por um período de até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) (Faz soar a capainha) - Estão reabertos os trabalhos.

(Passaremos à Ordem do Dia.)

A Presidência comunica que a comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0030/2015; 0033/2015; 0045/2015; 0082/2015; 0090/2015; 0091/2015; 0104/2015; 0129/2015; 0130/2015; 0134/2015; 0135/2015; 0144/2015; 0147/2015; 0148/2015; 0154/2015; 0155/2015; 0161/2015; 0163/2015; 0175/2015; 0177/2015; 0181/2015; 0195/2015; 0210/2015; 0229/2015.

Pedido de informação n. 0141/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de estado da Agricultura e da Pesca, solicitando informações referentes aos 162 distribuidores de adubo orgânico líquido, adquirido pela secretaria da Agricultura e da Pesca, por meio do pregão n. 010/2013, nos anos de 2013 e 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0142/2015, de autoria do deputado Nikolas Reis, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao contrato e ordem de serviço para duplicação da Rodovia Antônio Heil, que liga os municípios de Brusque e Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0143/2015, de autoria do deputado Nikolas Reis, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao projeto executivo para as obras da primeira etapa da nova bacia de evolução e acesso aquaviário do Complexo Portuário de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0093/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente da comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e à relatora na comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, manifestando apoio ao Projeto de Lei n. 6.217, de 29 de agosto de 2013, que denomina Rodovia Doutora Zilda Arns, o trecho da rodovia BR-101 no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0094/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, ao deputado federal Esperidião Amin Helou Filho e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando apoio ao Projeto de Lei n. 6.217, de 29 de agosto de 2013, que denomina Rodovia Doutora Zilda Arns o trecho da rodovia BR-101 no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0722/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0723/2015, 0727/2015, 0728/2015 e 0729/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0724/2015, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0725/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0726/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0730/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0731/2015 e 0732/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0733/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0734/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0735/2015, de autoria do deputado João Amin.

Igualmente, esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0594/2015, 0606/2015 e 0607/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0595/2015, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0596/2015 e 0597/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0598/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0599/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0600/2015, 0608/2015 e 0609/2015, de autoria do deputado Nikolas Reis; 0601/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0602/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0603/2015 e 0604/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0605/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e

0611/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Nikolas Reis, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NIKOLAS REIS - Sr. presidente, srs. deputados; deputado Jean Leutprecht, que hoje estreia neste Plenário, com sentimento de gratidão ao deputado Cesar Valduga, que é a mesma que tenho com o deputado Rodrigo Minotto, pela sensibilidade que ambos tiveram de proporcionar esse rodízio e esse trabalho que nós e o nosso grupo político fez em favor das nossas regiões, das nossas ideias, permitindo esse período tão importante na Assembleia Legislativa para imprimirmos um pouquinho, ainda que por pouco tempo, um ritmo de trabalho que atenda as demandas da nossa região.

Srs. deputados, eu e o deputado Jean Leutprecht estamos tentando fazer quatro anos em dois meses, não é fácil. Aproveitei o recesso para fazer agenda política, fazer conversas institucionais de apresentação do mandato para os mais diversos prefeitos da região, câmaras de vereadores, universidades, para os portos, enfim para as entidades da sociedade civil de Itajaí, Navegantes e toda a minha região.

As conversas foram para poder pautar e ter um diagnóstico mais completo das questões da cidade e trazê-las aqui para esta Casa. Neste sentido, quero cumprimentar o deputado Serafim Venzon, que é de Brusque, que hoje faz aniversário, para dizer que estive com o prefeito Roberto Prudêncio, assim como estive com o prefeito de Itajaí, Jandir Bellini, e com o governador Raimundo Colombo, discutindo a questão da duplicação da SC-486, conhecida como a rodovia Antônio Heil, que liga Itajaí a Brusque.

Está em processo de duplicação que por um lado aparenta estar rápido, que é onde o governo fez uma espécie de permuta de ICMS com a obra, mas a parte que foi licitada e, portanto, é um consórcio que está tocando, parece estar um tanto lenta.

Essa obra é estratégica não apenas para o porto de Itajaí, mas para o desenvolvimento de toda a nossa região, para a segurança das famílias que moram naquelas comunidades no entorno. E nós fizemos, hoje, um pedido de informação ao governador do estado para sabermos como anda, para podermos dizer com precisão e o que de fato acontece para a comunidade daquela região.

Uso a tribuna e faço uma referência toda especial ao deputado Patrício Destro porque, hoje, solicitei a ele, como presidente da Frente Parlamentar dos Portos e Aeroportos de Santa Catarina, a minha participação na comissão uma vez que venho de uma cidade portuária.

O deputado Patrício Destro deferiu imediatamente o pedido. Inclusive já combinamos de fazermos uma reunião aqui na Assembleia Legislativa com os representantes dos sindicatos da Estiva, com os conferentes, armadores e o próprio porto de Itajaí, para discutirmos as demandas.

Aproveito para falar mais uma vez sobre o porto. Não vou me cansar de falar sobre o assunto, deputado Ismael dos Santos,

porque é a grande pauta de Itajaí e Navegantes, neste momento.

Apresentei indicação solicitando uma atenção especial do ministério da Agricultura, da Receita Federal do Brasil, da Anvisa, para que disponibilizem maior número de pessoas para tocar suas agências locais, uma vez que todo o produto que sai do porto de Itajaí ou entra neste porto precisa do aval dos fiscais e dos auditores desses órgãos.

Tratei em conjunto com várias lideranças da cidade - o prefeito Jandir Bellini, com os vereadores, e com os representantes dos portos - tanto do porto de Navegantes quanto do porto de Itajaí, sobre o adensamento dos berços dois e três do porto e da prorrogação do contrato da PM.

E lá, deputado Jean Leutprecht, nós temos um problema que é de competição interna, de um porto com relação ao outro. Mas esse não é o nosso grande problema. O nosso grande problema é a competição do complexo portuário com relação a outros portos do Brasil. Nós temos que ser competitivos sob todos os aspectos!

Nós temos algumas obras que são determinantes do nosso futuro. Uma delas certamente é a via portuária, que depois de concluída vai ligar a BR-101 ao porto de Itajaí e ao porto de Navegantes.

Mas temos outra que é mais determinante ainda, que é mais urgente, que é a obra de todas as obras. É a bacia de evolução que atende tanto o porto de Itajaí quanto ao porto de Navegantes, que atende os terminais portuários e também a montante do rio Itajaí.

O projeto executivo dessa obra está pronto. Hoje ela está na Fatma esperando um parecer pela viabilidade do ponto de vista do licenciamento ambiental. É claro que a Fatma tem que analisar isso com todo o critério, tem que verificar se as coisas estão dentro da lei, tem que ser tudo certinho, mesmo.

Mas pedi apenas agilidade e que seja tratada com carinho esta questão de licenciamento ambiental da bacia de evolução, porque é fundamental que passemos para a próxima etapa, que é poder licitar a execução dessa obra e sair efetivamente do papel, porque ela é determinante.

Neste sentido, gostaria de dividir com este plenário e com os cidadãos de Santa Catarina dizendo que já tive agendas em Brasília que trataram exatamente de saber como está isso do ponto de vista do PPA, da LDO, da LOA em nível federal, porque a segunda etapa da bacia de evolução terá recurso federal.

Então é importante que esse recurso esteja desde já disponibilizado. E parece-me que isso está equacionado. Agora é nós cobrarmos para que tanto o governo do estado, quanto o governo federal cumpram aquilo que prometeram com a cidade e com toda Santa Catarina. E que efetivamente aportem esses recursos para que a obra saia o mais rápido possível, porque repito, ela é a obra das obras, da nossa região neste momento.

Estamos em nosso gabinete construindo uma ideia e verificando a possibilidade de modificarmos uma legislação aprovada no final do ano passado por esta Casa, que em resumo tirou a participação do ICMS. O produto exportado quando sai do município produtor e é exportado por um porto de Santa Catarina, por Imbituba, por Itajaí, por

Navegantes, por Itapoá, por São Francisco, o ICMS era recolhido ali, na saída, no município onde era exportado. E nós, municípios portuários achamos que isso é justo porque nós temos todo um passivo.

As nossas casas tremem, as nossas ruas ficam esburacadas, os nossos contêineres acumulam água em cima, e aí o mosquito da Dengue vai lá e há uma incidência maior. A Assembleia mudou essa regra. Aquele 25% que retorna para o município agora está lá no município exportador.

Estamos fazendo um estudo. Mas o que nos parece é que aquele produto que vem lá do Mato Grosso para São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e que sai pelos portos de Santa Catarina não vai ter como a Receita do estado recolher esse tributo no município exportador.

Então, é importante rediscutirmos esse projeto para fazer uma equação que seja justa, tanto para quem exporta, podemos citar Criciúma, sabemos que exporta muitos produtos por Imbituba, por Itajaí, também Chapecó e toda a região oeste exporta muito por Itajaí e Navegantes, produtos que somos especializados, que são os produtos frigoríficos.

É importante chegarmos num denominador comum, criar um consenso e de repente modificar essa legislação de maneira que nós portuários não percamos essa receita que é tão importante, mas que, sobretudo, que o estado de Santa Catarina não perca definitivamente essa receita.

Neste minuto que nos resta, portanto, vou aproveitar para falar sobre a Transbeto. Nós fizemos uma indicação que, na verdade, reforçou um pedido, que já é um pedido dos deputados, Mauricio Eskudlark e Leonel Pavan, e volto a esta tribuna para implorar ao governo do estado.

Ontem, estive na presidência da Câmara de Penha e eles reforçaram esse pedido da Transbeto, dizendo que o prefeito aceita receber aquela iluminação. Só precisa o estado colocar por cima desta vez, e não por baixo, porque já roubaram três vezes a fiação.

Aquela comunidade, srs. deputados, está assustada com o índice de assaltos naquela rodovia e com tantos números de acidentes. É preciso que o estado tome uma providência imediata. E aqui, tenho certeza, em nome dos srs. deputados Maurício Eskudlark e Leonel Pavan, que tantas vezes solicitaram isso, na certeza de que esta Casa compreende a importância daquela comunidade e do Parque Beto Carreiro, à economia de Santa Catarina, da importância do governo definitivamente tomar providências com relação ao caos que se encontra aquela rodovia.

Sr. presidente, agradeço imensamente pela atenção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, só para registrar a presença, do Capitão de Mar e Guerra (RM1), sr. Mário Luiz Honorato - assessor para assuntos institucionais, representante da Marinha do Brasil, comando do 5º Distrito Naval, que está fazendo uma visita de cordialidade à todos os srs. parlamentares como um gesto de

aproximação entre a Instituição Marinha do Rio Grande, que é uma só, e também de Santa Catarina, mas junto com o parlamento catarinense. Acho importante aprimorar esses valores, termos essa aproximação.

Por isso, esta fazendo uma visita em todos os gabinetes, deve visitar também o gabinete de v. exa., e é um prazer, uma satisfação tê-lo conosco neste parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Seja bem-vindo, será registrado nos anais desta Casa.

O próximo orador inscrito é o deputado Mauricio Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, aproveitando as palavras do colega Nikolas Reis, quero dizer que somos parceiros nesses pleitos, principalmente do município da Penha, do Vale do Itajaí, da Foz do Rio Itajaí. E o deputado Nikolas Reis, esteve conosco na Univali, no lançamento do projeto da Petrobrás, no monitoramento das praias. Quero reconhecer o trabalho da Univali, a grandiosidade da Univali, que vai capitanear um projeto com várias outras instituições para serviços de avaliação da interferência das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural na área do pré-sal, da bacia de Santos sobre aves, quelônios e mamíferos marinhos.

O contrato foi assinado entre a Univali e a Petrobrás. Nós, a convite do reitor Mário Cesar dos Santos, estivemos participando deste importante evento, um trabalho que vai ser coordenado pelos pesquisadores da Univali, cujo coordenador geral do projeto será André Silva Barreto. Haverá várias instituições envolvidas como a Associação R3 Animal, Instituto Argonauta, Instituto Gremar, Instituto em pesquisas Cananéia, Universidade da região de Joinville - Univille; a Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc; Universidade de São Paulo - USP; Universidade Federal do Paraná; o Projeto Baleia Franca, Projeto BioPescaria e projeto Tamar Santa Catarina e São Paulo.

É um projeto muito importante que a Univali vai capitanear em nível de sul do Brasil, que vem desde Santos até Imbituba. E a Univali em conjunto com as demais que aqui foram citadas, vão fazer esse acompanhamento do meio ambiente, principalmente em relação à questão marinha no que se refere ao pré-sal.

O diretor da Petrobrás que ali esteve, procurando reforçar a questão do fechamento ou da redução do escritório da Petrobrás em Itajaí, dizendo que isso, na verdade, não vai reduzir o contato e o trabalho da Petrobrás em nível de Santa Catarina e região.

Eu queria fazer dois registros importantes. Na última sessão da Assembleia Legislativa, quando eu iria usar da palavra, tivemos a votação dos projetos e o encerramento da sessão, sem a possibilidade de utilizar, aquele dia, da palavra, e, naquele dia, foi falado nesta Casa a respeito da operação da Polícia Civil junto à prefeitura de Dionísio Cerqueira quando foram presos secretários, diretores do hospital que culminou com o afastamento do prefeito. E agora houve mais uma decisão judicial determinando o afastamento da diretora do hospital, também do marido dela que ocupava um cargo numa área do Hospital Municipal Dionísio Cerqueira.

Na época, houve o debate na questão da Polícia Civil que teria exorbitado um pouco no momento de cumprir aquelas ações, e fomos manter contato com o delegado Eduardo Mattos, daquele município, que nos explicou sobre a operação. Claro que no momento em que se fala tanto no combate à corrupção houve uma preocupação deles em fazer uma operação com todo o cuidado na busca de colher as provas das denúncias de irregularidades, nas questões de horas extras, desvios no hospital e na administração municipal Dionísio Cerqueira.

E, segundo o relator, delegado Eduardo Mattos, foi uma operação de busca e apreensão em sete lugares. Reuniram-se durante a madrugada 35 policiais que receberam a orientação dos locais onde teriam os mandados de prisão e os mandados de busca e apreensão. Tendo, portanto, um total de cinco policiais por local que seria vistoriado ou por residência, onde teria a prisão de algum dos acusados.

Não houve, então, excesso. Na época, falamos da utilização de helicóptero que já estava na região. Lá é uma região fronteira, todos sabem, Dionísio Cerqueira faz fronteira por rua com o estado do Paraná, na cidade de Barracão, e por rua e por divisa seca com o município de Bernardo Irigoyen, na Argentina.

Todo esse procedimento foi normal, temos que reconhecer, não buscou nenhum sensacionalismo e houve, sim, provavelmente uma comunicação por parte da Polícia Civil de que teria uma operação de maiores proporções no município de Dionísio Cerqueira e, por essa razão, houve até o acompanhamento de emissora de televisão, mas que não se buscou, por ser uma questão política ou por qualquer outra forma, dar algum tipo de exibicionismo ou sensacionalismo.

Concordo com a exposição do delegado Eduardo Mattos. A Polícia Civil tem também essa obrigação de esclarecer esses feitos. E, deputado Mario Marcondes, segundo ele, usaram os meios necessários: cinco policiais para cada local de cumprimento do mandado de busca ou do mandado de prisão para evitar qualquer maior problema.

Então, temos que corrigir isso. Quando o tema foi abordado, eu reconheci que poderia ter ocorrido algum excesso e fui buscar este esclarecimento. E a Polícia Civil fez aquele trabalho que todos nós esperamos e sabemos que tem sido feito, com lisura, com preocupação, na proteção do patrimônio dos catarinenses.

Também gostaria de fazer um registro com referência à Segurança Pública. Eu já recebi e-mails de colegas policiais e delegados a respeito da medida provisória que foi assinada pelo governador do estado referente à Segurança Pública.

Amanhã, segundo orientou o nosso líder, deputado Jean Kuhlmann, teremos uma reunião sobre este assunto com o secretário da Fazenda, com o secretário da Segurança, com o líder do governo na Casa, deputado Silvio Dreveck, e vamos estudar esta questão.

Analisamos, durante o final de semana, todos os itens da medida provisória, a nossa preocupação e a defesa dos interesses policiais, que não haja perdas, que conquistas que já foram alcançadas não venham a ser retiradas, reconhecendo o empenho do governo em prestar cada vez um serviço melhor à sociedade, e o compromisso que o policial tem

que ter com a segurança pública, com o estado e com a população de Santa Catarina.

Nós sabemos que temos excelentes profissionais na Segurança Pública, Santa Catarina é uma referência, seja na Polícia Militar, seja na Polícia Civil, no IGP, no Sistema Prisional, somos referência. Temos alguns maus exemplos e isso ocorre. O ser humano pode ter falhas, pode, às vezes, até ter maldade, mas temos uma excelente Segurança Pública no estado de Santa Catarina, também graças aos seus profissionais.

O governo do estado, que fez investimentos, que deu aumento, que deu reconhecimento, quer fazer ajustes, nós vamos acompanhar e estar na defesa dos interesses do estado, mas também dos profissionais, dos bons profissionais da Segurança Pública.

Então, estaremos amanhã participando e acompanhando essa reunião para que os ajustes sejam justos para a sociedade, mas sem perda de direitos para os profissionais da Segurança Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Mauricio Eskudlark.

O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputado Mario Marcondes, que neste momento preside a sessão, telespectadores da TVAL e da Rádio Digital, também quero fazer uma referência muito especial ao deputado Jean Leutprecht, que hoje assume, dando mais força ao norte, Jaraguá do Sul, aumentando a sua representatividade aqui.

Quero parabenizar o deputado Cesar Valduga, que neste espírito de ver que a coletividade é que vale, ninguém chega aqui sozinho, mas sim com o voto de todos da legenda, abre este espaço para que o deputado Jean possa estar aqui. Então, seja bem-vindo a esta Casa, fico feliz por tê-lo aqui.

Quereria fazer um registro também da presença do vereador Helder Velho, do município de Lauro Müller, juntamente com a sua esposa Sysse, que estão aqui nos assistindo e visitando esta Casa. Como sempre, ele tem vindo aqui para lutar pelas coisas de Lauro Müller, aquela belíssima cidade que fica ao pé da nossa mais bonita serra de Santa Catarina, a Serra do Rio Rastro, que pertence àquele município, só lá em cima é que faz a divisa. Então, quando se fala na Serra do Rio do Rastro, nos lembramos de Lauro Müller.

Então, sejam bem-vindos à esta Casa, é um prazer tê-los aqui.

Quero fazer dois registros hoje. O primeiro é sobre uma nota que saiu na coluna do jornalista Cacau Menezes, que achei muito interessante que diz assim: "É catarinense o cartório que está sendo considerado um modelo de eficiência para todo o Brasil. Esse cartório de Joinville não é sinônimo de espera e de mau atendimento, como ainda em tantos outros cartórios do Brasil, pois o tempo médio de espera no balcão é de três minutos. O cidadão chega ao cartório, retira a senha, e é atendido sempre em menos de três minutos. As certidões simples são emitidas em cinco minutos. E os registros de imóveis que tem prazo legal de até 30 dias são concluídos no máximo em 72 horas."

Esse 1º Cartório de Registros de Imóveis em Joinville teve dois momentos. Como em todos outros serviços de cartórios, antes do concurso público, tinham um tipo de serviço, mas quando veio o concurso público para registro de cartório, trouxe a possibilidade de um serviço muito melhor do que o que nós tínhamos. O 1º Cartório antes tinha a história dos mesmos cartórios do Brasil inteiro, ou seja, a demora, a ineficiência, o mau atendimento. E agora nós estamos vivendo uma realidade bem distinta, porque o 1º Cartório de Joinville é comandado pela dra. Bianca Farias, que instituiu até as certificações de ISOs, dando esse retorno imediato ao contribuinte ou ao cidadão. Vejamos os srs. que são apenas três minutos para ser atendido. Uma certidão de imóveis, que pela lei até 30 dias, o primeiro cartório de Joinville dá em 72 horas. E mais ainda, algumas outras certidões a pessoa pode pegar até direito no site do cartório.

O cartório encomendou uma pesquisa que foi feita pelo Instituto Lupi & Associados. E pasmem, o resultado é o seguinte: 94,3% das pessoas que utilizam o serviço do 1º Cartório de Joinville estão dizendo que está ótimo e excelente. Isso quer dizer que o serviço de cartório, que tem pessoas que passaram num concurso público, é um cartório que presta um serviço de qualidade. Que é o caso em Criciúma do cartório do Carlos que tem até cafezinho expresso e bolachinha para os clientes. E você vai ver a estrutura do serviço que é dada para as pessoas que obrigatoriamente tem que pegar algum tipo de certidão.

Então, quero aqui parabenizar todos os cartórios, que como o nosso de Joinville, servem a população de forma em conteúdo e muitas vezes acima do esperado. Estamos falando de serviço público de qualidade. Poderíamos fazer isso também na Saúde, na Segurança Pública.

Por isso, quero parabenizar essa coluna do jornalista Cacau Menezes.

A minha preocupação é que o Tribunal de Justiça está querendo abrir mais cartórios em Joinville, Criciúma e São José, mas, em Chapecó, onde o serviço realizado está sendo muito ruim e a população tem reclamado, não querem abrir.

Aqui, em São José, um cartório

desistiu e ainda assim não querem abrir o cartório. Por que será que o Tribunal está querendo abrir cartório em Criciúma, Joinville e Florianópolis, que são municípios bem servidos?

Para o cidadão ter mais um balcão para buscar serviço. Assim o camarada do Minha Casa, Minha Vida, para conseguir fazer o seu financiamento, terá uma fila a mais para enfrentar. E já vou avisar que vamos começar um trabalho aqui no sentido de que não é preciso mais cartórios em Joinville, pois os cartórios que existem lá servem com 97% de aprovação da comunidade. O Tribunal de Justiça deve abrir cartório onde não há, onde a população é mal servida.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Deputado, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Conheço a Bianca, responsável pelo cartório de Criciúma, filha do Américo Farias e da Ivone, irmã do Ricardo e da Beatriz, e são pessoas extremamente profissionais. Mas na cidade de Criciúma vemos uma evolução muito primordial, e gostaria de fazer uma alusão relativa a esses servidores, que fazem um serviço de estado, assim como aos despachantes.

Há despachantes que fazem um serviço de alta qualidade. Há mais de dez mil trabalhadores que estão a serviço dos despachantes e trabalham nessa linha. Precisamos identificar aquilo que vem dando certo para o serviço público e aprimorar. Não é porque a pessoa está dando conta do recado, apresentando um serviço de alta eficiência, que vamos atrapalhar o processo. Temos que efetivamente ver onde os cartórios estão com problemas. Há municípios onde não é convidativo o concurso público, que apresentam uma evasão de dois a três profissionais, e não há uma resolutividade importante.

Então, que o Tribunal de Justiça tenha um entendimento diferenciado. Por isso quero parabenizar v.exa. e os cartórios de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, nós precisamos estar atentos para isso. Não basta apenas aumentar o número de cartórios quando o serviço está a contento. Não sei por que o Tribunal de Justiça está com tanta pressa para resolver onde está dando certo e não atende Chapecó, onde o serviço está um caos. A população de Chapecó está pedindo novos cartórios lá, com serviço de qualidade, com concursados que apresentem um novo trabalho nos serviços cartorários.

Quero mais uma vez parabenizar o 1º Cartório de Joinville. E gostaria de fazer mais um registro sobre os portos de Santa Catarina.

Quero fazer um registro muito especial com relação ao porto de Itapoá. Na última semana estivemos participando, e a deputada Ana Paula esteve presente, da inauguração do setor de inspeção do porto, e demorou anos para que o Ministério da Agricultura pudesse fazê-lo. Ficou uma maravilha. O porto de Itapoá, em quatro anos de atividade, alcançou há poucos dias o número fantástico de um milhão de contêineres transportados ali, e é o número 1 do Brasil hoje.

Por isso, manifesto a minha alegria ao ver esse porto a cada dia crescer mais, valorizando a região, o estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Parabéns, deputado, pelo pronunciamento vinculado aos cartórios e aos portos. Inclusive, estamos recebendo a visita do ministro e também da ministra da Agricultura. Santa Catarina está fazendo um planejamento muito bom na área de portos, para importação e exportação.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 042-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições RECONSTITUIU a Frente Parlamentar Catarinense dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, integrada pelos Senhores Deputados Pe. Pedro Baldissera, Aldo Schneider, Gabriel Ribeiro, Gean Loureiro, Cleiton Salvaro, Gelson Merisio, Dalmo Claro, Ismael dos Santos, Jean Leutprecht, Dirceu Dresch, Jean Kuhlmann, Dr. Vicente Caropreso, João Amin, José Nei A. Ascari, Patrício Destro, Ricardo Guidi, Leonel Pavan, Romildo Titon, Luiz Fernando Vampiro, Neodi Saretta, Manoel Mota, Silvio Dreveck, Mario Marcondes, Mauro de Nadal, Natalino Lázare e Nikolas Reis, com o objetivo de dar continuidade ao debate acerca do tema, buscando a concretização de ações de enfrentamento da violência doméstica e familiar e a articulação do fortalecimento das redes de atendimento às vítimas, buscando, além do trabalho de conscientização, as garantias das condições para a aplicação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 19 de agosto de 2015.

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 545, de 19 de agosto de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC e nos arts. 3º e 85, II, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR GRUPO DE TRABALHO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E REFORMAS, conforme consta no Plano Diretor da Assembleia Legislativa, subordinado à Diretoria-Geral.

Art. 2º O Grupo de Trabalho é formado pelos servidores **RONALDO BRITO FREIRE**, matrícula nº 3276, que o presidirá; **EDENILSO JOSÉ ACORSI**, matrícula nº 2112; **LEOGILDO AGENOR LINO**, matrícula nº 0428; **MANSUR MELQUIADES ELIAS JÚNIOR**, matrícula nº 1574; **MIRIAN LOPES PEREIRA**, matrícula nº 3547; **MARIA NATEL SCHEFER LORENZ**, matrícula nº 2415; e pelos servidores à disposição da Assembleia Legislativa, **ALDO HARTKE**, matrícula nº 4545; e **MARCOS LUIZ ROVARIS**, matrícula nº 4544.

Art. 3º Aos servidores membros do Grupo de Trabalho fica atribuída a gratificação a que se refere o art. 85, II, da Lei nº 6.745, de 1985, equivalente ao valor da Função de Confiança, código

PL/FC-3, aplicando-se, quando couber, o disposto no art. 19 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

Art. 4º Os serviços do Grupo de Trabalho deverão ser concluídos no prazo de 02 (dois) anos.

Art. 5º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de agosto de 2015.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o Ato da Mesa nº 355, de 7 de maio de 2015; e

II - o Ato da Mesa nº 508, de 29 de julho de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 546, de 19 de agosto de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR a servidora **MARCIA SELL**, matrícula nº 7205, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Registro, Controle e Apoio Técnico, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de agosto de 2015 (DRH - Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 547, de 19 de agosto de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **HELOISA MARA LISBOA**

VIEIRA, matrícula nº 1290, da função de Assessoria de Planejamento Institucional, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 17 de agosto de 2015 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 548, de 19 de agosto de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **MARCIO WELTER**, matrícula nº 6333, da função de Assistência Técnica de Planejamento Institucional - Gestão Estratégica, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 17 de agosto de 2015 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 549, de 19 de agosto de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

DESIGNAR o servidor **MARCIO WELTER**, matrícula nº 6333, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria de Planejamento Institucional, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 17 de agosto de 2015 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 550, de 19 de agosto de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2989/2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,*

ATRIBUIR à servidora **ADRIANA IWERTSEN DE SÃO**

THIAGO, matrícula nº 7206, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 23 de junho de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - 2ª REPUBLICAÇÃO

OBJETO: **LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ, POR DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ALESC.**

DATA: 19/08/2015 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 19 de agosto de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 06 de agosto de 2015.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL PARA COPA E COZINHA, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E OUTROS, PARA A ALESC.**

DATA: 03/09/2015 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 03 de setembro de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de agosto de 2015.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1826/2015, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 005/2015, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE EVENTOS E CORRELATOS, ABRANGENDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PESSOAL, ALIMENTAÇÃO, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO, ESPAÇO FÍSICO E LOGÍSTICA.

LOTE ÚNICO:

Vencedora: Engenharia de Eventos Ltda.

Valor do Último Lance: R\$ 765.810,00

Florianópolis, 17 de agosto de 2015

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO - 2ª REPUBLICAÇÃO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1945/2015, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 009/2015, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ, POR DEMANDA, PARA ATENDER NECESSIDADES DA ALESC.

ITEM ÚNICO

RESTOU DESERTO

Florianópolis, 19 de agosto de 2015

JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN

PREGOEIRO

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 11 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas do dia onze de agosto do ano de dois mil e quinze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: João Amin; José Nei A. Ascari; Luciane Carminatti; Ricardo Guidi; Valdir Cobalchini e Silvio Dreveck. Os Deputados Marcos Vieira e Narcizo Parisotto justificaram suas ausências. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da 19ª Reunião Ordinária que foi aprovada por unanimidade. O Presidente teve a honra de registrar a presença dos senhores Sadi Lima, Subdefensor Público Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina; Francisco José Guardini Nogueira, Procurador do Estado de Santa Catarina, representando a Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina; Ivan Cesar Ranzolin, Defensor Público Geral. O **Deputado João Amin** devolveu o voto vista sem manifestação ao Projeto de Lei nº 0243.7/2015 de autoria do Governo do Estado, que altera o art. 6º da Lei nº 9.183 de 1993, que cria o Programa de Apoio à Criação de Gado para Abate Precoce e dá outras providências, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0291.4/2015 de autoria do deputado Patrício Destro, que institui a Semana Estadual e o Dia Estadual da Pedalada Ecológica, no âmbito do Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável com Emenda Modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou a Medida Provisória nº 0202/2015 de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito das instituições militares estaduais e estabelece outras providências, exarou parecer favorável a admissibilidade total, que posto em discussão à deputada Luciane Carminatti sugeriu a realização de audiências públicas que, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Valdir Cobalchini** relatou a medida provisória nº 0201/2015 de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito do Instituto Geral de Perícias (IGP) e estabelece outras providências, exarou parecer pela admissibilidade que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0014.2/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro, que altera o § 4º do art. 4º da Lei Complementar nº 317 de 2005, para autorizar a Procuradoria-Geral do Estado a representar judicialmente os agentes públicos detentores de Poder de Polícia, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi

aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0265.2/2015 de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (construção e instalação da Casa da Mulher Brasileira, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0181.0/2015 de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Ponte Pedro Merhy Seleme a ponte sobre o Rio Negro, que liga o município de Três Barras no Estado de Santa Catarina até a divisa do município de São Mateus do Sul no Estado do Paraná, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0159.1/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro, que denomina Governador Luiz Henrique da Silveira o Centro de Convenções de Canasvieiras no município de Florianópolis, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0099.6/2015 de autoria do deputado Antônio Aguiar, que assegura o direito ao parto humanizado nos estabelecimentos públicos de saúde do Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0171.8/2015 de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, que denomina Luiz Henrique da Silveira o Anel Rodoviário de Criciúma, trecho entroncamento SC-108 (para Cocal do Sul) - entroncamento SC-445 (para Siderópolis) no município de Criciúma, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0137.6/2015 de autoria do deputado Dalmo Claro, que altera a Lei nº 9.675 de 1994, que dispõe sobre o Conselho Penitenciário do Estado, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete à deputada Luciane Carminatti. Antes de relatar os seus projetos, a **Deputada Luciane Carminatti** agradeceu a presença dos senhores: Juliano Primo Pedrini, Vice Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Santa Catarina - SINPOL/SC; Paulo Roberto Andrade, Presidente da Associação de Escrivães de Polícia do Estado de Santa Catarina - AEPOL/SC; Adriano da Luz, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia - ADEPOL/SC; o CABO PM Elisandro Lotin, Presidente da Associação de Praças no Estado de Santa Catarina - APRASC; o Cel. Fred Harry Schaufert, Presidente da Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Capitão Osmar Romão da Silva - ACORS; logo após relatou o Projeto de Lei nº 0257.2/2015 de autoria do Governo do Estado, que autoriza a doação de imóvel no município de Xanxerê (instalação de equipamentos da defesa civil municipal), exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0282.3/2015 de autoria do deputado Mauro de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Passo da Areia de Coronel Freitas, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0304.3/2015 de autoria da Defensoria Pública, que cria a indenização pela utilização de veículo próprio para os membros da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Ricardo Guidi** relatou o Projeto de Lei nº 0094.1/2015 de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a proibição da circulação de veículos transportadores de produtos perigosos entre os municípios de Joinville e Campo Alegre do trecho rodoviário estadual da SC-418, Serra Dona Francisca no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela realização de diligência às prefeituras municipais de Campo Alegre, Joinville, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra, a Associação dos Municípios do Planalto Norte (AMPLANORTE), a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), e por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e ao Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (COFEM), por sugestão dos deputados Silvio Dreveck e João Amin foram incluídas aos instituições do Vale do Itapocu, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC); Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0168.2/2015 de autoria do deputado José Nei A. Ascari, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre as Mucopolissacarídeos (MPS) a ser promovido anualmente, no dia 15 de maio no Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0226.6/2015 de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que declara de utilidade pública a Associação de Assistência Social Deus Provedor de Criciúma, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0136.5/2015 de autoria do deputado Antônio Aguiar, que proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em

gabinete à deputada Luciane Carminatti; o Projeto de Lei nº 0210.9/2015 de autoria do deputado Patrício Destro, que dispõe sobre critérios e restrições para comercialização de produtos em feiras e eventos transitórios no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao deputado Sílvio Dreveck. O **Deputado José Nel A. Ascari** relatou a Medida Provisória nº 0203/2015 de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre as formas de cumprimento da jornada de trabalho e o banco de horas no âmbito da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0206.2/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos, no verso dos recibos de pagamento de pedágio emitidos pelas empresas concessionárias de rodovias no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0232.4/2015 de autoria do deputado Patrício Destro, que institui a Semana Estadual do Rim do Combate à Insuficiência Renal Crônica e do Paciente Transplantado e adota outras providências, exarou parecer favorável com Emenda Supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0089.4/2015 de autoria do deputado Mario Marcondes, que proíbe o uso de garrafas e copos de vidro em locais públicos e privados, voltados para o divertimento, onde houver concentração popular, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete aos deputados Sílvio Dreveck e João Amin. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei nº 0254.0/2015 de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a doação de um imóvel de propriedade do Estado, situado no município de Curitiba e adota outras providências, exarou parecer pela realização de diligência ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 0171/2015 de autoria do Governo do Estado, que veta total o PLC/004/15 de autoria do Deputado Aldo Schneider, que altera o art. 28 da Lei Complementar nº 605 de 2013, para o fim de adequar a carga horária de representantes de entidade sindical representativa de categoria, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AS DROGAS, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE, QUARTA-FEIRA ÀS TREZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA UM DE REUNIÕES DAS COMISSÕES.

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e sete do mês de maio do ano de dois mil e quinze, reuniram-se os Senhores Deputados: Ismael dos Santos, Narcizo Parisotto, Ana Paula Lima, Natalino Lázare, Fernando Coruja, Dalmo Claro de Oliveira e Doutor Vicente Caropreso, participaram ainda, o senhor Vereador Alício Bittencourt do município de Jaguaruna, o Senhor Fernando Wolff, Subtenente da PM, um dos pioneiros do PROERD e assessor da comissão, Cel. Walmor Backes que também assessora a referida Comissão, e o Major Reginaldo Rocha, representando o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) da Polícia Militar, este, convidado para realizar uma apresentação do programa. Iniciando a reunião, o Senhor Deputado Ismael dos Santos, na qualidade de Presidente da Comissão, seguindo a Pauta, fez a leitura da ATA da reunião realizada em vinte e cinco de fevereiro do ano de dois e quinze, que foi aprovada e assinada para posteriormente ser publicada, em seguida, colocou para apreciação o Ofício Caeado OF./0007.4/2015; ao qual foi relator, que encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Terapêutica Beth Hayötser, de Rodeio, referente aos exercícios de 2013 e 2014; que foi votado e aprovado por unanimidade. Dando sequência, O Senhor Presidente da Comissão, passou a palavra para o major Reginaldo Rocha, para fazer uma breve apresentação do Programa PROERD. O Major cumprimentou a todos os presentes e iniciou expondo que o trabalho referente ao programa está sendo realizado desde mil novecentos e noventa e oito nas escolas públicas e privadas de todo o estado de Santa Catarina. Que o foco do programa, além da prevenção, é fazer com que crianças e adolescentes fiquem mais próximos da realidade do policial, para que

o vejam como um amigo que possa ajudá-los a tomar boas decisões ao longo de suas vidas. O programa procura também fazer uma aproximação entre, família, escola e polícia. O Programa busca auxiliar a escola, a família e a comunidade na problemática das drogas e da violência; Desenvolver uma ação pedagógica de prevenção ao uso indevido de drogas e a prática da violência nas escolas; desenvolver o espírito de solidariedade e cidadania na comunidade e na escola; Situação do PROERD até dois mil e treze: Um milhão, vinte e um mil crianças formadas, cinco mil setecentos e quarenta pais, em Duzentos e cinquenta e dois municípios atendidos. Situação em dois mil e quatorze: Oitenta e um mil Crianças formadas em duzentos e cinquenta e um municípios atendidos. Metas a serem alcançadas: Atualização do Currículo de quinto Ano (Conteúdo mais atraente e dinâmico para aos alunos); Estágio para Formação de Instrutores; Potencializar o trabalho do Instrutor Proerd em sala de aula, com a entrega de quarenta projetores multimídia. E finalizou falando que o PROERD, (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) vem para somar, e para isso conta com a cooperação de toda família, escola e comunidade em geral. Prosseguindo, o senhor Presidente indagou se algum membro presente gostaria de se manifestar e todos teceram elogios ao PROERD e a forma como esta comissão está sendo conduzida. E por fim, nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Ismael dos Santos, Presidente da referida Comissão, encerrou a presente reunião, a qual, eu Alexandre Luis Soares, Chefe de Secretaria da Comissão, digitei a presente ATA, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente desta Comissão e posteriormente publicada.

Deputado Ismael dos Santos - Presidente

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Natalino Lázare

Deputado Dalmo Claro

Deputado Doutor Vicente

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia onze de agosto do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Deputado Valdir Cobalchini, com amparo no parágrafo 1º do artigo 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Décima Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, referente à 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos deputados: Valdir Cobalchini, Luciane Carminatti, Natalino Lázare e Gabriel Ribeiro. Dando início à reunião, o Presidente submeteu à apreciação da Comissão a Ata da Reunião anterior, que foi aprovada. A seguir, o presidente fez um breve relato das Audiências Públicas já realizadas pela Comissão, nos municípios de Caçador e Canoinhas, para debater o Plano Estadual de Educação - PL./ 0227.7/2015. Destacou ainda a importância da presença dos parlamentares nas próximas Audiências programadas para Lages e Chapecó. Na sequência, o presidente se referiu à presença de representantes da Udesc na próxima reunião ordinária da Comissão, para tratar da ampliação do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte Udesc/Cefid, por solicitação do deputado Gean Loureiro. Ficou definido que a presença dos representantes da Udesc deverá ser reagendada, em razão de compromissos assumidos pela deputada Luciane Carminatti na cidade de Chapecó. A seguir, o presidente colocou em discussão o Requerimento de realização de Audiência Pública no município de Araranguá, para discutir a situação das escolas públicas estaduais situadas na região sul do estado, de autoria do deputado José Milton Sheffer. Tendo em vista a restrição imposta pela Mesa Diretora à realização de eventos externos, objetivando a redução de despesas, o Requerimento não chegou a ser votado. Deverá ser novamente pautado, após conversações a serem estabelecidas com os parlamentares integrantes da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, tratando da importância da realização de Audiências Públicas, com a estrutura necessária, para que o trabalho das Comissões seja efetuado com eficiência e para que atinja os resultados esperados. Dando prosseguimento, o presidente passou a palavra para a deputada Luciane Carminatti, que apresentou parecer ao OF./290.0/2015, que foi aprovado. O OF./0366.2/2015 também foi aprovado. O OF./253.5/2015 foi encaminhado para diligência. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Gabriel Ribeiro, que apresentou parecer ao PL./ 0103.7/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, que "Reconhece o município de Peritiba como a capital catarinense do KerbFest", que foi aprovado. O OF./0219.3/2015 foi encaminhado para diligência. Os ofícios: OF./0416.6/2015, OF./0264.8/2015, OF./0234.2/2015, OF./0319.6/2015, e OF./0313.0/2015 foram aprovados. A seguir, O presidente colocou em votação o Requerimento, apresentado oralmente, pelo deputado

Natalino Lázare, de envio de uma Moção de Louvor ao Centro de Integração Empresa Escola, CIEE - de Florianópolis, pelo excelente trabalho que tem desenvolvido no auxílio aos jovens em sua busca por colocação no mercado de trabalho. O Requerimento foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos os deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Mabel Santos da Silva, Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, encaminhada para publicação no Diário da Assembléia Legislativa. Sala de reuniões das Comissões, 11 de agosto de 2015.

Deputado Valdir Cobalchini

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia oito de abril do ano de dois mil e quinze, sob a presidência do senhor Deputado Sílvio Dreveck, Presidente da Comissão, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia que contou com a presença dos senhores Deputados Cleiton Salvaro, Dirceu Dresch, Luiz Fernando Vampiro e Mauro de Nadal. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Sílvio Dreveck leu o seu próprio parecer do PL./570.8/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que "Dispõe sobre a informação que deve ser fornecida ao consumidor nos restaurantes, bufês, bares, lanchonetes, cantinas, similares e quaisquer estabelecimentos que comercializam e entregam em domicílio pescados para o pronto-consumo. Colocado em discussão e votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Continuando, o presidente passou a palavra ao deputado Mauro de Nadal que leu o seu parecer, do OF./0400.9/2014, que "Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste (ACISMO), referente ao exercício de 2013", que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o presidente da comissão leu o requerimento da deputada Ana Paula Lima, solicitando uma audiência pública com o propósito de discutir no município de Urussanga assuntos relacionados à energia elétrica. Houve uma discussão entre os deputados, que acordaram em esperar um outro momento para que outros municípios também participem dessa audiência por ser um assunto muito amplo. O senhor presidente solicitou que o requerimento fosse sobrestado até ter um acordo com a autora do requerimento, para que haja mais municípios interessados nesse debate, havendo acordo de todos os deputados. Em seguida, o deputado Dirceu Dresch fez um registro de um projeto que tramitará na Casa que é sobre a regulamentação do plantio de pinus eucaliptos em torno das redes de auto-tensão no Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Elenice Martins Ferreira Ramos, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Sílvio Dreveck

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia doze de agosto de dois mil e quinze, sob a Presidência do **Deputado Darci de Matos**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antonio Aguiar, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, José Milton Scheffer, Nikolas Reis e Patrício Destro. Os Deputados Kennedy Nunes e Marcos Vieira, justificaram suas ausências mediante ofícios. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 13ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Dirceu Dresch** relatou o PL./0383.7/2013, que dispõe sobre a permanência de acompanhantes na rede hospitalar do Estado e adota outras providências, seu parecer foi contrário ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Deputado Patrício Destro. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o PL./0195.5/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias de disponibilizar bebedouros, banheiros e caixas eletrônicos adaptados aos clientes e usuários, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o PL./0222.2/2015, que autoriza a doação de imóvel no Município

de Palmitos (EEF Francisco Fausto da Luz), seu parecer verbal foi pelo diligenciamento à Secretaria de Educação, acatado pelo Presidente da reunião. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o PL./0221.1/2015, que autoriza a doação de imóvel no Município de Palmitos (Unidade Básica de Saúde), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Antônio Aguiar** devolveu sem manifestação seu voto vista ao PL./0232.4/2014, que estabelece a gratuidade, na travessia por "ferryboats" e balsas, para as ambulâncias do SAMU, dos Bombeiros e outros veículos das unidades de saúde pública destinados ao transporte de pacientes, concordando portanto, com o voto do relator. O **Deputado Antônio Aguiar** devolveu sem manifestação seu voto vista ao PLC/0011.0/2015, que transforma varas e cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual criados pela Lei Complementar nº 516, de 2010 concordando portanto, com o voto do relator. O **Deputado Nikolas Reis** relatou o PL./0024.9/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias no Território catarinense em dispor no interior de suas unidades guichê de caixa com atendimento presencial, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Nikolas Reis** relatou o PL./0113.9/2015, que altera a Lei nº 15.243, de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de ferros-velhos, empresas de transporte de cargas, lojas de materiais de construção, borracharias, recauchutadoras e afins a adotarem medidas para evitar a existência de criadores para "Aedes aegypti" e "Aedes albopictus", e adota outras providências, para incluir os imóveis residenciais, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL./0192.2/2015, que estabelece restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos que alterem o número de Identificação Internacional de Equipamento Móvel (IMEI) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** leu o parecer do Deputado Marcos Vieira sobre o PL./0240.4/2015, que altera o art. 1º e o Anexo I da Lei nº 15.830, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$ 611.000.000,00 (seiscentos e onze milhões de reais), para atender ao Programa Caminhos do Desenvolvimento, cujo o parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, doze de agosto de dois mil e quinze.

Deputado Darci de Matos

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 123/2015

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 032/2015, celebrado em 11/08/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: B21 Negócios Ltda.

OBJETO: Aquisição cota de participação e de espaço físico na 6ª edição do Seminário Sul Brasileiro de Marketing e Comunicação Mídia Sul 2015 que acontecerá no Centro de Eventos da FIESC, Florianópolis/SC, nos dias de 17 e 18 de setembro.

VALOR: R\$ 40.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", combinado com o art. 13, inciso V, da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório LIC nº 00059/2015 e Atos da Mesa 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).

Florianópolis, 17 de agosto de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO Nº 124/2015

REFERENTE: Contrato nº 034/2015 celebrado em 11/08/2015.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADO: B21 Negócios Ltda.
 OBJETO: O presente contrato tem por finalidade:
 1) Aquisição cota de participação e de espaço físico na **6ª edição do Seminário Sul Brasileiro de Marketing e Comunicação Mídia Sul 2015** que acontecerá no Centro de Eventos da FIESC, Florianópolis/SC, nos dias 17 e 18 de setembro do corrente ano.
 VALOR: R\$ 40.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 059/2015-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 023/2015; Atos da Mesa 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente e; Autorização Administrativa.
 Florianópolis/SC, 17 de agosto de 2015
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor- Geral
 Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo
 João Carlos Bordin- Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 125/2015

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 021/2015, celebrado em 04/08/2015.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Município de São José dos Cedros.
 OBJETO: Aquisição de espaço físico e de cota de participação na 3ª Feira de Exposições Multi Setorial de São José dos Cedros (Expocedro), que acontecerá no período de 31 de julho a 02 de agosto de 2015, com direito ao uso de estande com 9m² para divulgação institucional da ALESC e colocação de banners, incluindo a exibição do nome da ALESC em todo material promocional do evento, exibição em telão de LED e transmissão em vídeo durante os três dias de feira (espaço "E", Stand interno nº 44).
 VALOR: R\$ 15.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 058/2015 e Atos da Mesa nºs. 094 e 128/2015, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90. 39.55 (patrocínio), todos do Orçamento da ALESC.
 Florianópolis, 18 de agosto de 2015.
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor Geral
 Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo
 Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO Nº 126/2015

REFERENTE: Contrato nº 032/2015 celebrado em 04/08/2015.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADO: Município de São José do Cedro.
 OBJETO: O presente contrato tem por finalidade:
 1) Aquisição de espaço físico e de cota de participação na Terceira Feira de Exposições Multi Setorial de São José dos Cedros (Expocedro), que acontecerá no período de 31 de julho a 02 de agosto de 2015, com direito ao uso de estande com 9m² para divulgação institucional da ALESC e colocação de banners, incluindo a exibição do nome da ALESC em todo material promocional do evento, exibição em telão de LED e transmissão em vídeo durante os três dias de feira (espaço "E", Stand interno nº 44).
 VALOR: R\$ 15.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 021/2015; Autorização para Processo Licitatório nº 058/2015; Atos de Mesa nºs 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente. Autorização Administrativa.
 Florianópolis/SC, 18 de agosto de 2015
 Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor- Geral
 Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo
 Antônio Plínio de Castro Silva

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 655/15**

Ofício nº 047/2015 São José do Cedro, 06 de abril de 2015
 Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São José do Cedro, referente ao exercício de 2014.
 Geni Balbinot
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 14/04/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 656/15

Ofício nº 061/15 Joinville, 04 de agosto de 2015
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Ajorpeme - Ética e Desenvolvimento Social, de Joinville, referente ao exercício de 2014.
 Silvana Fioravanti
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 18/08/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 657/15

Ofício nº 088/2015 Guarimirim, 12 de agosto de 2015
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guarimirim, referente ao exercício de 2014.
 Dieter Helmuth Gaedtker
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 18/08/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 658/15

Salete, 11 de agosto de 2015
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Professores da Companhia de Dança Fabiula Morgana, de Salete, referente ao exercício de 2014.

Maria Boing
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 18/08/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 659/15

Joinville, 11 de agosto de 2015
 Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Amigos das Crianças do Lar Abdon Batista, de Joinville, referente ao exercício de 2014.
 Alceu Luiz Goulart Doin
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 18/08/15

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2196, de 18 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **PETERSON CRIPPA DA SILVA**, matrícula nº 7854, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de Agosto de 2015 (Gab Dep João Amin).
 Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2197, de 18 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 17 de agosto de 2015.

Gab. Dep. Ana Paula Lima

Matrícula	Nome	Cidade
4186	ARLETE DA SILVA	BLUMENAU

Carlos Alberto de Lima Souza
 Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2198, de 18 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria nº 1919, de 2 de julho de 2015, a contar de 14 de agosto de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2199, de 18 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR a servidora **FABIANA PREVEDELLO**, matrícula nº 4972, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor Legislativo, código PL/DAS 7, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSE ALBERTO BRAUNSPERGER, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 14 de agosto de 2015 (DL - Diretoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2200, de 18 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 3544/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, art. 63, caput e art. 69, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **GILMAR NUNES MAIA**, matrícula nº 1787, por 30 (trinta) dias, a contar de 3 de agosto de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2201, de 18 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 3543/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, art. 63, caput e art. 69, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **JOHNI LUCAS DA SILVA**, matrícula nº 2096, por 8 (oito) dias, a contar de 3 de agosto de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2202, de 18 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
4961	ANA MARIA ALANO	30	29/7/2015	3530/2015
1818	DENISE VEIDEIRA SILVA	45	3/8/2015	3536/2015
2022	ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS	40	29/7/2015	3535/2015

2794	MARIA IVONETE LESSA	1	31/7/2015	3529/2015
1419	MARIA LUCIA PINTO DA LUZ	30	3/8/2015	3533/2015
619	ROSANGELA BITTENCOURT	30	27/7/2015	3534/2015
1999	ROSELIA FLORENCIO	30	30/7/2015	3537/2015
7951	WALEVSKA DA SILVEIRA VIEIRA SCHULER	15	6/8/2015	3532/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2203, de 18 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2044	ADELIA FERRARI CARDOSO	90	1/8/2015	3538/2015
1814	DULCINEIA MARIA GOULART	90	1/8/2015	3539/2015
1900	LOURIVAL BAPTISTOTI	60	29/7/2015	3540/2015
2021	MIGUEL DONIZETE BABY	35	29/7/2015	3541/2015
1015	SERGIO MACHADO FAUST	30	29/7/2015	3542/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2204, de 19 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **GRACYELE ZIESEMER**, matrícula nº 3389, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 24 de Agosto de 2015 (Gab Dep Leonel Pavan).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2205, de 19 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
CARLA FABIANA FARIA DOS SANTOS	3545	3%	15%	1/8/2015	3429/2015
EDESIO CIRILO PEREIRA	5923	3%	6%	7/7/2015	3484/2015
EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	6020	3%	6%	7/8/2015	3501/2015
MANFRED BENEDICTO GRIMM	3153	9%	9%	15/7/2015	3213/2015

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0322.5/2015

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Tereza Cristina, de Içara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Tereza Cristina, com sede no Município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

Lido no Expediente

Sessão de 18/08/15

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores do Bairro Tereza Cristina, com sede no Município de Içara, é uma entidade civil, de fins não econômicos, beneficente e educativa, o que pode ser observado por meio do estatuto social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, com base na colaboração recíproca de seus associados.

Deputado José Nei Alberton Ascari

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0323.6/15

Dispõe sobre a realização de atividades destinadas à orientação profissional aos alunos do ensino médio das escolas públicas, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As escolas públicas, no âmbito do Estado, devem realizar atividades destinadas à orientação profissional aos alunos do ensino médio das escolas públicas.

Parágrafo único. As atividades mencionadas no *caput* devem ser realizadas no início e no fim do ano letivo, em data a ser escolhida pelo diretor de cada unidade escolar.

Art. 2º A orientação profissional a que se refere o art. 1º tem como objetivo divulgar informações sobre:

I - as profissões existentes no mercado de trabalho;
II - as atribuições e oportunidades de emprego em cada área profissional; e

III - as áreas de atuação dos profissionais formados nos cursos superiores oferecidos pelas escolas públicas.

Art. 3º As atividades de orientação profissional serão ministradas durante o período letivo, por meio de exposições, palestras, entrevistas, discussões em grupos e outros recursos didáticos disponíveis.

Art. 4º Para melhor atendimento do disposto no art. 3º, a Secretaria de Estado de Educação em conjunto com as unidades escolares podem convidar profissionais de várias áreas para proferirem palestras sobre as suas atuações e experiências, bem como para realizar atividades pedagógicas com os professores.

Art. 5º As despesas oriundas da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Educação, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Leonel Pavan

Lido no Expediente

Sessão de 18/08/15

JUSTIFICATIVA

Ao longo da vida escolar, principalmente no ensino médio, os alunos têm um grande objetivo: a escolha de uma profissão.

Alguns jovens crescem determinados desde a infância, sabendo em que irão trabalhar, mas muitos, em razão da pouca idade e experiência de vida, não conseguem definir o caminho a seguir. Nesse último caso, o que se percebe entre os estudantes que ainda não se decidiram por uma profissão é angústia e incerteza.

Os jovens deparam-se com uma variedade de profissões, mas não possuem informações e conhecimentos suficientes para

decidir por um caminho profissional em que encontrarão realização pessoal, financeira e social.

Realmente a opção profissional não é uma decisão fácil, no entanto, não precisa ser um dilema, algumas atitudes podem ajudar. Sendo assim, deve-se levar em conta três aspectos:

1. autoconhecimento: conhecimento de si mesmo, das próprias características, gostos, habilidades, competências, expectativas e sentimentos;

2. curso: buscar informações sobre os cursos oferecidos.

3. mercado de trabalho: analisar o mercado a partir das oportunidades de emprego oferecidas.

Por essas razões, por ser a escolha da profissão um processo complexo é que se justifica a apresentação deste Projeto de Lei, cujo objetivo é promover, nas escolas públicas de ensino médio, a realização de atividades destinadas à orientação profissional. Desse modo, escola pública terá um papel fundamental, no tocante ao encaminhamento profissional.

Dito isso, haja vista a relevância da proposta, espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Deputado Leonel Pavan

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0324.7/2015

Dispõe sobre a utilização de mudas de Plantas Nativas da Flora Catarinense nos projetos de arborização dos próprios públicos.

Art. 1º Na execução de projetos de arborização dos próprios públicos do Estado de Santa Catarina serão utilizadas, exclusivamente, mudas de Plantas Nativas da Flora Catarinense.

Parágrafo único. Para atender ao disposto neste artigo, os hortos florestais administrados por órgãos vinculados à Administração Direta e Indireta do Estado produzirão, preferencialmente, mudas de Plantas Nativas do Estado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões,

Deputado Ricardo Zanatta Guidi

Lido no Expediente

Sessão de 18/08/15

JUSTIFICATIVA

A exuberância da biodiversidade de Santa Catarina encantava e chamava a atenção dos navegadores e estudiosos estrangeiros que, ao longo dos séculos XVII ao XIX, aportavam às nossas costas. Todos os relatos que persistiram nesse tempo destacavam a beleza da paisagem e o aspecto - às vezes aterrador - das florestas ainda intocadas.

Um dos textos mais significativos a respeito do assunto foi escrito pelo cientista francês Louis François Léonce Aube quando, em 1844, passou pela região Norte de Santa Catarina para, em missão oficial, escolher as terras que constituiriam o dote da princesa Francisca (filha de D. Pedro I), em função do seu casamento com o Príncipe de Joinville. As terras selecionadas na ocasião passaram a formar a Colônia Dona Francisca e, posteriormente, deram lugar à fundação da cidade de Joinville. O texto transcrito a seguir foi extraído do relatório que o Autor encaminhou à França, em 1844:

Não é possível fazer-se a descrição da Província porque ela é inteiramente desconhecida. Salvo alguns trechos desbravados à margem do mar e de diversos rios, o resto é ocupado pela floresta, tal como a faz a natureza, não tendo ainda ninguém sondado o seu âmago nem penetrado os seus segredos. (...) Essa floresta magnífica que, às vezes, oculta o céu e a terra de quem lhe penetra os umbrais, parece fechar-se sobre si mesma, como um túmulo. De fato, alguns meses bastarão para domá-la na sua rebeldia e fazer desaparecer todos os obstáculos que se lhe antepuserem. (...) A floresta virgem é, porém, a riqueza e o futuro desta bela Província. Se, entretanto, os seus filhos devem utilizá-la, como um bem que Deus concedeu ao homem, cumprê-los, simultaneamente economizá-la, não destruindo irrefletida e descomedidamente a obra de tantos séculos e que também pertence às gerações futuras.

Infelizmente, não seguimos o conselho do cientista francês.

Em pouco mais de um século e meio destruímos "irrefletida e descomedidamente a obra de tantos séculos", esquecendo-nos de que ela "também pertencia às gerações futuras".

Agora, penso que há um convencimento geral da sociedade catarinense de que o crescimento das cidades e o avanço da atividade agropecuária, em todos os municípios catarinenses, ameaçam o pouco que ainda resta da nossa biodiversidade original. A obrigação de todos - do governo e da sociedade - vai além da simples manutenção, ela inclui, também, a ampliação dos espaços de preservação com o resgate das nossas matas nativas.

Como regra geral, as cidades representam interrupções bruscas na biodiversidade, mas sabe-se que tais interrupções podem ser suavizadas mediante a adoção de políticas públicas capazes de

orientar o crescimento urbano, de maneira a assegurar, permanentemente, o meio ambiente adequado para a manutenção das diversas formas de vida.

Sem necessidade de grandes investimentos e com a utilização de tecnologia amplamente dominada, as plantas nativas podem desempenhar um papel fundamental na recomposição do ambiente propício à vida de uma infinidade de espécies.

O Projeto de Lei ora apresentado à consideração desta Assembleia Legislativa objetiva dar início a um processo de valorização da biodiversidade catarinense, por meio da utilização de mudas de plantas nativas do Estado no desenvolvimento de projetos de arborização dos próprios públicos. Para propiciar a necessária disponibilidade de mudas, o Projeto estabelece também que os hortos florestais administrados por órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado produzirão, preferencialmente, mudas de plantas nativas da flora catarinense.

Sala das sessões,

Deputado Ricardo Zanatta Guidi

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 010/2014

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Maristela, de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Maristela, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 043/2015

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente à Associação Pró-Solidariedade e Vida Bom Pastor, localizada no Município de Blumenau, pelo prazo de 10 (dez) anos, o imóvel com área de 799,00 m² (setecentos e noventa e nove metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 9.291 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 02645 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o que determina o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para a concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 15.876, de 6 de agosto de 2012.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade dar continuidade às atividades desenvolvidas pela concessionária, que envolvem a manutenção de uma cozinha comunitária e o fornecimento gratuito de alimentação, vestuário, abrigo e higiene a pessoas carentes da comunidade.

Art. 3º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O concedente retomarà a posse do imóvel, nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;

IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte da concessionária; ou

VI - ocorrer a reversão antecipada.

Parágrafo único. Retomada a posse do imóvel pelos motivos constantes dos incisos do *caput* deste artigo e diante da gratuidade da concessão de uso, as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária serão incorporadas ao patrimônio do Estado, sem qualquer direito a indenização.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionária firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de junho de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 149/2015

Declara de utilidade pública o Instituto SIM - Sempre Incentivando Música, de Porto União.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto SIM - Sempre Incentivando Música, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 165/2015

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, de Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, com sede no Município de Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 242/2015

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de São Miguel do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente à Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Miguel do Oeste, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o uso do imóvel com área de 469,80 m² (quatrocentos e sessenta e nove metros e oitenta decímetros quadrados), com benfeitoria, transcrito sob o nº 599, à fl. 118 do Livro 3 do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste e cadastrado sob o nº 819 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para a concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 8.710, de 7 de julho de 1992.

Art. 2º A concessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade dar continuidade às atividades desenvolvidas pela concessionária, que envolvem a prevenção ao câncer feminino e a assistência social às mulheres doentes e a seus familiares.

Art. 3º A concessionária, sob pena de reversão antecipada e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O concedente retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;

IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio; ou

V - houver desistência por parte da concessionária.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária, sem que ela tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionária firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 200/2015

Autoriza o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), para atendimento emergencial de atividades empresariais em Municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em abril de 2015, e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica autorizado o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), em favor da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), correspondente a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), a ser efetivado de forma parcelada ou não, no exercício de 2015, destinado ao pagamento dos juros incidentes em contratos de financiamento a serem firmados com o objetivo de atender emergencialmente os empreendimentos localizados nos Municípios catarinenses diretamente atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em abril de 2015 e que tenham decretado estado de

calamidade pública ou situação de emergência, com homologação estadual.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo será utilizado nas seguintes modalidades de crédito praticadas pelo BADESC, por meio do Programa BADESC Emergencial Juro Zero II, observados os valores e limites abaixo estipulados:

I - modalidade de crédito Capital de Giro Associado Empresarial, com taxa de juros de 9% (nove por cento) ao ano acrescida de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), tendo prazo de carência de até 12 (doze) meses e de amortização do capital principal de até 36 (trinta e seis) meses, cujo valor máximo financiado, por empresa, será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e

II - modalidade de crédito Reposição de Máquinas e Equipamentos, Construção e Reforma, com taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano acrescida de TJLP, tendo prazo de carência de até 12 (doze) meses e de amortização do capital principal de até 36 (trinta e seis) meses, cujo valor máximo financiado, por empresa, será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º As empresas que contratarem os financiamentos de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei somente pagarão os valores correspondentes à amortização da dívida, ficando os juros e a TJLP sob a responsabilidade do Estado, por intermédio dos recursos repassados na forma do *caput* do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Para acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos juros subsidiados pelo Estado, o BADESC encaminhará à SEF, semestralmente, relatório pormenorizado dos financiamentos concedidos com base nesta Lei.

Art. 4º O prazo para acesso aos créditos de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0470.5/2013

O art. 4º do Projeto de Lei nº 0470.5/2013 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998."

Sala da Comissão,

Deputado Jean Kuhlmann

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 14/07/15

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 12/08/15

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 470/2013

Dispõe sobre o descarte, ambientalmente adequado, de filmes de radiografia usados no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º As instituições públicas e privadas responsáveis pela realização de exames de radiografia e os profissionais de radiologia, de medicina e de odontologia deverão orientar pacientes e clientes sobre os riscos de dano ao meio ambiente decorrentes do descarte inadequado de filmes radiográficos usados.

Art. 2º As instituições públicas e privadas de que trata esta Lei deverão dispor em suas instalações recipientes coletores de filmes radiográficos usados, a fim de lhes dar destinação ambiental adequada.

Art. 3º O Poder Público estimulará a utilização de procedimentos menos invasivos na realização de exames de imagem para diagnóstico e o uso de radiografias digitalizadas, quando couber.

Art. 4º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***